

Fernando José Gouveia Pais

RECONSTITUIÇÃO DE UMA COMUNIDADE HISTÓRICA SOURE 1685/1735

Faculdade de Letras
2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Reconstituição de uma comunidade histórica: Soure 1685/1735

Fernando José Gouveia Pais

Dissertação de Mestrado em História Moderna
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Joaquim
Manuel Costa Ramos de Carvalho

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2010

Dedicatória

Ao estímulo da família e amigos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	3
2. SOURE	11
2.1 O ESPAÇO	11
2.2 DINÂMICA POPULACIONAL	15
2.2.1 MORTALIDADE	18
2.2.2 BAPTISMOS	20
2.2.2.1 ILEGITIMIDADE	21
2.2.2.2 LEGITIMAÇÃO	22
2.2.2.3 CASOS E SINGULARIDADES	24
2.2.3 CASAMENTOS	30
2.2.3.1 CASAMENTO VERSUS ÓBITOS	31
2.2.3.2 CASAMENTO DE ÓRFÃOS	33
2.2.3.3 CASAMENTO DE ÓRFÃOS	36
2.2.3.4 FIXAÇÃO DOS NUBENTES	38
2.2.3.5 IDADE DOS NUBENTES	40
2.2.3.6 SEGUNDO CASAMENTO	42
2.2.3.7 DIFERENÇA DE IDADES ENTRE OS NUBENTES	43
2.2.3.8 SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS	45
2.2.3.9 ORIGEM DOS NUBENTES	47
3. MISERICÓRDIA DE SOURE	51
3.1 NOTA INTRODUTÓRIA	51
3.2 AS MISERICÓRDIAS	52
3.3 MISERICÓRDIA DE SOURE: OS PROTAGONISTAS	56
3.4 REDE SOCIAL	64
CONCLUSÃO	71
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	85
ÍNDICE DE TABELAS	87
ÍNDICE DE GRÁFICOS	89

Agradecimentos

A investigação para uma tese de mestrado é um processo solitário, mas é uma solidão acompanhada, onde um conjunto de pessoas vai disponibilizando o seu saber para que outras o obtenham.

Em primeiro lugar temos que agradecer ao Professor Doutor Joaquim Manuel Costa Ramos de Carvalho que para além do papel decisivo que teve na escolha do tema da presente dissertação, pôs à nossa disposição todos os meios que possibilitaram a sua execução.

Em segundo lugar um agradecimento especial a todos os doutos docentes do Mestrado em História Moderna que de diferentes maneiras nos enriqueceram intelectualmente, permitindo-nos a obtenção de um olhar crítico que se mostrou de extrema utilidade na elaboração desta tese.

Por último, mas não menos importante, agradecemos à coordenadora do Mestrado em História Moderna, Professora Doutora Margarida Sobral Neto, não só a sua dedicação e disponibilidade, como também a sua inata elevação no aconselhamento e na defesa dos seus mestrandos.

A todos eles, um sincero: bem hajam.

Resumo

A presente dissertação insere-se na área de estudo da reconstituição de comunidades históricas e reconstituição de histórias de vida.

A paróquia de Soure, de 1685 a 1735, foi a comunidade reconstituída, assim como foram reconstituídas histórias de vida de alguns dos seus membros. A existência de uma base de dados englobando toda a população da paróquia até 1720, permitiu direccionar a investigação para a referida comunidade. Seguindo a mesma metodologia, efectuou-se a transcrição de registos paroquiais até 1735, permitindo que a base de dados albergue agora no seu interior a população de meio século. A partir desta amostra significativa analisámos a dinâmica populacional no que concerne às variáveis da fecundidade da nupcialidade e da mortalidade, análise que teve diversas abordagens com um enfoque preferencial para a sazonalidade, mas não descurando a ilegitimidade, a origem e fixação dos nubentes, a idade do primeiro casamento, o segundo casamento, a diferença de idades dos noivos e a percentagem de órfãos que casavam. Sempre que possível a respectiva análise foi realizada comparativamente com outras realidades, ou com outros padrões passíveis de caracterizar a população da paróquia de Soure.

A reconstituição de histórias de vida advém da abordagem nominal que quisemos imprimir à investigação, como regra geral os indivíduos que aparecem em mais actos sociais são dos mais influentes na comunidade pretendemos saber quem era quem na estratificada sociedade sourense. Como as Misericórdias eram os centros agregadores das elites locais, analisámos as listas das eleições da Santa Casa da Misericórdia de Soure reconstituindo as histórias de vida dos seus elementos. Com esses elementos na nossa posse observámos como apadrinhavam, quem eram os padrinhos dos seus filhos, em que casamentos testemunhavam, ou seja, como se relacionavam entre si os mesários de Soure, no intuito de detectar uma rede social que dominasse o acto eleitoral.

Abstract

The present dissertation is inserted in the area of studies of the reconstruction of historical communities and reconstruction of life-stories.

The parish of Soure, from 1685 to 1735, was the reconstructed community, as well as the life-stories of some of its members were reconstructed. The existence of a database embracing all the population from the parish until 1720, has allowed the investigation to take its direction into the community mentioned. Following the same methodology, the transcription of the parish registers were made until 1735, allowing the database to now cover the population of half a century. Starting from this significant sample we analysed the population dynamics concerning the fertility, nuptial and death-rate variables. This analyses, which had several approaches with a favoured highlight to seasonality, but not neglecting illegitimacy, the origins and fixation points of the betrothad, the age of the first marriage, the second marriage, the age difference between bride and groom and the percentage of orfans that married. When ever possible the respective analyses was realized in comparison with other realities, or other patterns that couldt characterize the population of the parish of Soure.

The reconstruction of life-stories comes from the nominal approach which we wanted to imprint to the investigation. As general rule individuals who appear in more social events are the most influent in the community and we wished to know who was who in the stratified sourense community. As the Misericórdias were the aggregative centre of the local elite, we analysed the election list of the Santa Casa da Misericórdia of Soure, reconstructing the life-stories of its elements. With those elements in our possession we observed how they become a godfather, who were the godfathers of their children, in which marriage they testified, that is, how the board members of Soure interacted among each other, in order to detect a social net that would dominate the election act.

INTRODUÇÃO

O despertar para o aliciante mundo da reconstituição de comunidades históricas e de histórias de vida, já num 2º ciclo de estudos, numa quase clandestina sala 50, de acesso difícil e de despercebida existência aquando da licenciatura, levou a que fosse fermentando o projecto de fazer alguma investigação nessa área de estudo. O trabalho efectuado no âmbito do seminário “*Reconstituição de histórias de vida, redes pessoais e comunidades históricas*” leccionado pelo Professor Doutor Joaquim Ramos de Carvalho, veio incentivar o entusiasmo inicial e lançar as bases para que esta dissertação fosse levada a cabo.

Esta investigação entra em domínios ainda não muito estudados, onde se parte do particular para o geral, do indivíduo e das suas opções para as grandes teorias da história da população. São domínios que entram na Demografia Histórica mas que ultrapassam a estatística estática e anónima, dando sempre que possível nome aos protagonistas dessa mesma estatística, pretendendo-se uma abordagem mais nominal de aspectos inerentes à reconstituição de comunidades históricas.

Os comportamentos colectivos são maioritariamente gerados pela agregação de comportamentos individuais, aqui a presente pesquisa entrará também no apelativo campo da reconstituição de histórias de vida, para ter em conta a vivência individual, onde as opções particulares engrossarão o rumo colectivo, ou traçarão um rumo próprio.

Ao reconstituir histórias de vida o investigador depara-se com momentos únicos de alegria e dor, episódios que foram tão importantes para os nossos antepassados como o são hoje para nós, constata-se histórias iguais a tantas outras, mas esporadicamente encontram-se singularidades, *pérolas*, tornando especiais casos que por vezes nos permitem compreender aspectos relevantes do passado.

Nesta área de estudos a pesquisa é lenta, principalmente pelo longo tempo em que se recolhe das fontes toda a informação possível e se faz o respectivo processamento informático que vai permitir, numa fase posterior, abordagens diversificadas aos dados assim obtidos. A morosidade na obtenção de resultados significativos nas investigações é certamente uma das causas, senão a principal, do pouco que se sabe acerca da vida em comunidade dos nossos antepassados do século XVII e XVIII. As suas opções e estratégias sociais estão ainda envoltas num manto de dúvidas, ou pior, num manto de certezas padronizadas à espera serem rebatidas ou confirmadas.

A presente investigação tem por objectivo numa primeira fase reconstituir uma comunidade histórica, a paróquia de Soure no período de 1685 a 1735, e numa segunda fase, reconstruir histórias de vida e redes de relações interpessoais de alguns dos seus mais insignes protagonistas.

A reconstrução da comunidade da paróquia de Soure tem como fonte exclusiva os registos paroquiais locais e deles pretende-se extrair informação que nos permita caracterizar toda a dinâmica populacional, com um enfoque preferencial em quando, e sempre que possível em como, nasciam, casavam e morriam os sourenses no período em análise. A análise exaustiva dos assentos de baptismos, de casamentos e de óbitos, pretende inferir e revelar o funcionamento interno da comunidade coeva sourense, sempre que possível em comparação com o todo nacional. O nascimento, o baptismo, a nupcialidade, a mortalidade e a ilegitimidade são algumas das vertentes que nos propomos pesquisar no intuito de encontrar padrões coincidentes, ou não, com outros de diferentes comunidades já estudadas.

Numa segunda fase pretende-se fazer a reconstrução de algumas biografias e analisar como se relacionavam entre si indivíduos que atingiram algum relevo social na sociedade local. Vamos dar nome aos números, identificar famílias, passar duma fase mais demográfica para uma fase mais nominal. Para isso cruzar-se-á informação obtida na primeira fase com as listas para eleições da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Soure, com o propósito de perceber quem é quem na estratificada escala social, como se relacionavam e como se cruzavam socialmente nos baptismos e casamentos.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação tem três fases implicando diferentes abordagens metodológicas consoante o estágio inerente à pesquisa, primeiro passo, recolha de informação de fontes manuscritas e tratamento informático; segundo passo, reconstituição de histórias de vida, terceiro e último passo, relacionar entre si as histórias de vida de vários indivíduos.

A primeira fase foi preenchida pela recolha dos registos paroquiais de Soure de 1720 a 1735 e posterior introdução dos dados na já referida base de dados¹. Esta fase de trabalho praticamente invisível demorou cerca de sete meses. Não é efectuada uma transcrição paleográfica dos registos paroquiais, mas é efectuada a leitura de todos eles e é neste exercício que se encontram algumas das singularidades descritas, assim como se fica alerta para alguns factos que posteriormente conseguimos ligar a outros encontrados em outro acto, é uma fase morosa e repetitiva mas fundamental para investigações nesta área.

O primeiro passo é transpor o texto dos assentos para uma plataforma informática, o sistema TimeLink² que permita um tratamento posterior, visto que nesta primeira fase o que pretendemos é a introdução massiva da informação contida nos registos paroquiais na nossa base de dados. A transcrição da informação não é feita linearmente, tem que ser usada uma linguagem informática que permita a introdução de dados sem se afastar do essencial da fonte histórica, no nosso caso utilizámos a linguagem *Kleio*.

A linguagem *Kleio*, pela sua simplicidade e facilidade de entendimento, adapta-se perfeitamente às características dos documentos manuseados nesta investigação, este sistema mostra-se de tal forma útil que o seu criador, Manfred Thaller, propôs uma notação universal para o registo de fontes históricas baseada neste modelo de linguagem³.

¹ Criada pelo Doutor Joaquim Ramos de Carvalho, da Universidade de Coimbra com os registos paroquiais de Soure de 1685 a 1720, foi expandida nesta investigação até 1735 comportando agora mais de 42.000 nomes envolvidos em actos sociais na paróquia de Soure (1685-1735).

² O sistema TIMELINK é uma aplicação web escrita em Java e corre em qualquer sistema que suporte Java 1.4, como Windows, Linux ou Mac OSX. A aplicação cria um pequeno servidor local a que o utilizador acede com um vulgar navegador como o Internet Explorer. O sistema depende ainda da instalação no computador da base de dados MySQL, do servidor Web Tomcat e da linguagem Prolog, na qual é implementado o tradutor da notação Kleio. O seu desenvolvimento é coordenado pelo Doutor Joaquim Ramos de Carvalho da Universidade de Coimbra

³ CARVALHO, J. R. – Comportamentos Morais e Estruturas Sociais Numa Paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720), pp. 378-379.

Ao visualizarmos um registo paroquial, seja de baptismo, de casamento ou de óbito não conseguimos aquilatar a informação que ele encerra, temos que nos embrenhar no seu interior para a entendermos, principalmente porque se a informação pessoal é descrita (nome, naturalidade, filiação), existe outro tipo de dados que têm que se ter em conta, nomeadamente a relação entre as pessoas presentes numa determinada cerimónia. Mas vejamos um exemplo de assento de baptismo e da informação que de lá foi extraída, já processada em linguagem *Kleio*.

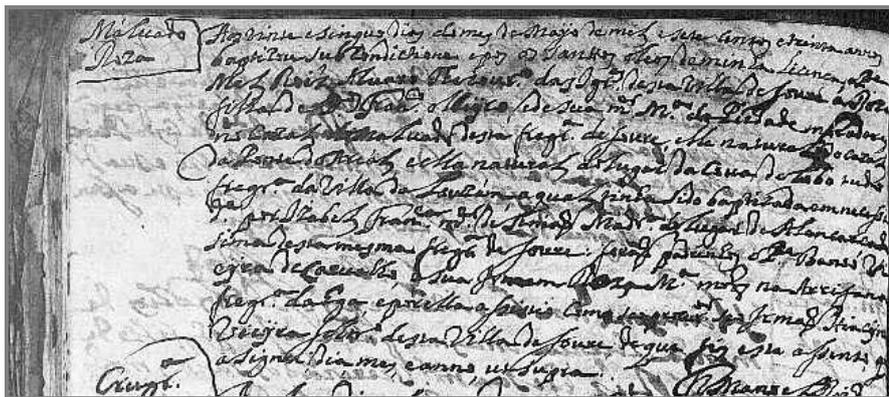


Ilustração 1- Assento de Baptismo⁴

O que se torna mais evidente são as treze linhas do assento original se tornarem em vinte sete, resultado da enorme quantidade de informação que continha. A transcrição começa com a identificação do acto, no caso o 49º baptismo de 1730 (bap\$b1730.49), a data (25/5/1730), o fólio onde se encontra (fol.172), o local de celebração (Igreja de São Tiago) e quem celebrou (Manuel Rodrigues Álvaro). O assento continua com a identificação dos protagonistas, a baptizada Rosa os seus pais e padrinhos. Retira-se que Rosa já tinha sido baptizada em necessidade por Isabel Francisca e que a sua madrinha Rosa Maria não esteve presente, sendo representada pelo procurador Jacinto Vieira, seu irmão, grau de parentesco que também a une ao padrinho, o padre Bento Vieira de Carvalho. A totalidade desta informação é importante para a investigação que pretendemos efectuar a qual depois de ser sujeita a várias abordagens e cruzamentos permite a obtenção de múltiplos resultados.

⁴ Registos Paroquiais de Soure, Baptismos 1720-1746, fol. 172

Anotação do baptismo da ilustração 1 em linguagem *Kleio*:

```

bap$b1730.49/25/5/1730/fol.172v/igreja de sao tiago/padre manuel rodrigues alvaro
n$rosa/f/id=1730-b49-rosa
pn$domingos francisco/id=b1730.49-per1
    ls$naturalidade/casal da ponte do areal
    ls$residencia/casal do malvado
mn$maria da piedade/id=b1730.49-per2
    ls$naturalidade/cova do lobo
pad$bento vieira de carvalho/id=1730-b49-bento
    ls$profissao/padre
    ls$residencia/arrifana
    ls$freguesia/ega
mad$rosa maria/id=1730-b49-rosamaria
    ls$residencia/arrifana
    ls$freguesia/ega
    rel$parentesco/irma/bento vieira de carvalho/1730-b49-bento
referido$jacinto vieira/id=b1730.49-per3
    ls$ec/solteiro
    ls$residencia/soure
    rel$parentesco/irmao/rosa maria/1730-b49-rosamaria
    rel$parentesco/irmao/bento vieira de carvalho/1730-b49-bento
    rel$sociabilidade/procurador/rosa maria/1730-b49-rosamaria
referida$isabel francisca/id=1730-b49-isabel
    ls$residencia/alencarce de cima
    rel$sociabilidade/baptizou em necessidade/rosa/1730-b49-rosa
referido$simao madeira/id=b1730.49-per4
    ls$residencia/alencarce de cima
    rel$parentesco/marido/isabel francisca/1730-b49-isabel

```

A informação assim obtida é registada em linguagem *Kleio* no editor de texto para programadores *jEdit*⁵ e enviada para o *TimeLink*, uma aplicação Web para gestão de bases de dados em investigação micro-histórica. O processo é repetido inúmeras vezes, faz-se a leitura dos assentos, transcrevem-se, processam-se, verifica-se a existência de erros (muitas vezes existem, o que provoca um reprocessamento) e importam-se. Com todos os registos paroquiais de Soure de 1685 a 1735 na base de dados obtemos um apreciável número de 7341 actos registados, envolvendo 42166 nomes, logicamente que este número não representa os habitantes de Soure no referido período, pois a maioria das pessoas aparece em vários actos durante a sua vida.

Somos agora detentores de um manancial enorme de informação, possível já de ser tratada sob vários aspectos, mas ainda em bruto à espera de ser lapidada pela curiosidade do investigador, é uma fase que encerra algumas incertezas, pois este

género de investigação não permite percepcionar se determinado acto tem alguma relevância, só posteriormente quando esse acto for enquadrado por outros é que a sua importância poderá ser realmente avaliada.

Podemos já nesta primeira fase responder a diversas questões, nomeadamente às de cariz mais demográfico e quantitativo, pois já conseguimos extrair da base de dados a totalidade de baptizados, casamentos e óbitos, caracterizá-los no que concerne à sazonalidade, à proveniência e naturalidade dos noivos, se estes são ou não órfãos, etc.

O rumo que toma a pesquisa é que determina a abordagem que se efectua na base de dados e a metodologia usada, se necessitamos de saber a idade dos noivos, por exemplo, temos que cruzar o assento de casamento com o assento de baptismo, o programa informático não o faz porque não reconhece a mesma pessoa em actos diferentes, a elevada homonímia torna essa acção impossível. Esclarecedor é o facto de se quisermos pesquisar o nome Manuel Rodrigues na base de dados este aparece referido 4099 vezes, entramos assim na área da reconstituição de histórias de vida e na segunda fase desta investigação a qual necessita de um processo metodológico diferente do primeiro. Nesta segunda fase, queremos obter resposta para questões como, a idade dos noivos e onde se fixaram após o casamento, para isso temos que reconstituir as biografias dos nubentes ao ponto de nos permitir saber, por exemplo, onde é a sua residência quando baptizam o primeiro filho a qual nos dá a localidade de fixação do casal.

A construção das biografias, não é um processo automático, é um processo manual, feita pelo investigador que faz identificações e vai associando actos à mesma identidade sempre que tem a certeza que é a mesma pessoa. Crescem assim as histórias de vida à dimensão de quem teve mais filhos, mais apadrinhou e mais testemunhou em casamentos. No processo de reconstituição de histórias de vida usámos o sistema *TimeLink* o qual está vocacionado para o tratamento de informação biográfica dispersa, ao mesmo tempo que suporta um processo de reconstrução biográfica caracterizado pela sua interactividade e reversibilidade⁶.

A dispersão de informação biográfica não resulta só do processamento de fontes diferentes, mas acontece também quando se trabalha a mesma fonte, se o mesmo individuo tem dois filhos com um intervalo inter-génésico de dois anos esta informação

⁵ jEdit é um editor de textos para programadores desenvolvido a partir de 1998, disponível sob a GNU General Public License, é escrito em java e o destaque da sintaxe é suportado intrinsecamente para cerca de 130 formatos de arquivos.

⁶ CARVALHO, J. R. - TimeLink: um sistema de apoio a investigações em micro-história, p.1.

encontra-se na mesma fonte, mas está separada por cerca de duzentos baptismos⁷. Cabe ao investigador reuni-la criando fichas biográficas, “o ponto central da interacção do investigador com o sistema são as fichas biográficas, que mostram de forma consolidada a informação oriunda de várias fontes, reconstituindo histórias de vida. A partir das fichas biográficas pode-se rapidamente lançar pesquisas adicionais, identificar pessoas relacionadas e examinar de forma sintética os principais momentos registados da história de vida. Da lista dos actos em que uma pessoa participa pode-se aceder ao registo do acto e daí às fichas das outras pessoas que nele constam. Deste modo “navega-se” literalmente na rede dos acontecimentos e relações da vida de uma comunidade”⁸.

Manuel Rodrigues

INFORMAÇÃO DE PESSOA REAL

	ANO	FUNÇÃO	ATRIBUTOS	RELAÇÕES
1. <input type="checkbox"/>	1697-05-05	b: n		tem como pai: Manuel Vaz tem como mae: Maria Joao
2. <input type="checkbox"/>	1716-10-17	cas: noivo	ec : c	marido de Maria Jorge tem como pai: Manuel Vaz Leao tem como mae: Maria Joao
3. <input type="checkbox"/>	1721-01-20	cas: test	profissao : Alfaiate residencia : Casal da Venda [MAP]	
4. <input type="checkbox"/>	1721-04-07	bap: mrmad	profissao : Alfaiate residencia : Casal da Venda [MAP]	baptizou em necessidade Jose marido de Maria Jorge
5. <input type="checkbox"/>	1727-10-14	bap: pn	naturalidade : Sobral [MAP] residencia : Casal da Venda [MAP]	pai de Jose marido de Maria Jorge
6. <input type="checkbox"/>	1730-07-25	cas: test	profissao : Alfaiate residencia : Casal da Venda [MAP]	tem como irmao: Antonio Vaz
7. <input type="checkbox"/>	1731-09-03	cas: test	profissao : Alfaiate residencia : Casal da Venda [MAP]	
8. <input type="checkbox"/>	1732-05-25	cas: test	profissao : Alfaiate residencia : Soure [MAP]	tem como irmao: Jose Antonio

Ilustração 2 - Ficha biográfica de Manuel Rodrigues

⁷ Exemplo para o caso da paróquia de Soure que tinha cerca de cem baptismos anuais.

⁸ CARVALHO, cit. 3, p.11.

A ilustração 2 permite-nos visualizar a ficha biográfica de Manuel Rodrigues, escolhemos o nome que existe em maior número na base de dados, como referido anteriormente, porque permite ilustrar simultaneamente como se processa a atribuição de actos a homónimos. Neste caso é um indivíduo que conseguimos identificar em oito actos, o primeiro aquando do seu baptismo em 5 de Maio de 1697, sabemos que é o mesmo que casa aos 19 anos com Maria Jorge em 1716 porque estão referenciados os seus progenitores. A partir do casamento pesquisámos todos os Manuel Rodrigues que eram casados com uma Maria Jorge, encontrámos mais duas ocorrências⁹ que nos dão informação complementar na ajuda à reconstituição da sua história de vida, ficámos a saber que ficou a viver com a mulher em Casal da Venda na terra dos sogros, abraçando a profissão de alfaiate. Na posse destes novos dados, apertámos a malha à nossa pesquisa, Manuel Rodrigues, alfaiate, residente em Casal da Venda e detectámos mais quatro actos onde esteve presente como testemunha de casamento. Assim se ilustra o tipo de pesquisa que se efectua para construção de uma ficha biográfica, neste caso partimos de 4099 actos com um Manuel Rodrigues e isolámos 8 que conseguimos agregar com toda a segurança ao mesmo indivíduo, o mesmo processo foi por nós utilizado para fazer 1580 identificações.

O elevado número de identificações foi feito para responder à questão do sistema de fixação dos noivos, se matrilocal ou se patrilocal que como verificámos só se obtém com a construção de fichas biográficas, mas uma significativa percentagem foi efectuada para responder a uma questão do outra índole, como se relacionava a elite sourense nestes anos setecentos.

A última fase da investigação foi o identificar a elite sourense, principalmente aquela que disputou a Santa Casa da Misericórdia de Soure, na tentativa de encontrarmos padrões de apadrinhamento e algo que se identificasse como uma rede social que permitisse mais facilmente a eleição para a Mesa da Misericórdia. Este último passo necessita de uma abordagem metodológica diferente das anteriores, primeiro identificar a elite, como é conhecida a apetência das elites locais pelos cargos inerentes a uma Mesa de Misericórdia recolhemos as listas de eleitores e de eleitos em Soure no período de 1700 a 1735, depois identificámo-los na base de dados, finalmente criámos fichas biográficas de todos aqueles que participaram em actos eleitorais para a Santa Casa da Misericórdia de Soure.

⁹ Como marido de Maria Jorge aparece em dois actos: em 7 de Abril de 1721 é marido da madrinha no baptismo de José, criança que ele próprio tinha baptizado em necessidade; em 4 de Outubro de 1727 aparece no baptismo do seu filho José.

Com a biografia dos eleitores e eleitos da Misericórdia analisámos os apadrinhamentos de todos os seus filhos, sempre sob o conceito social que envolve tal acto, verificando a proveniência e estatuto do padrinho, assim como fizemos uma análise a todos os casamentos onde os mesários testemunharam.

Apoiados também na base de dados verificámos a actividade social dos membros da Mesa durante o seu mandato. Finalmente, cruzando a informação obtida com os apadrinhamentos e com listas de eleitores e eleitos verificámos quais as melhores condições para se conseguir ser eleito para os órgãos de gestão da Santa Casa da Misericórdia de Soure.

2. SOURE

2.1 O ESPAÇO

Situado em plena bacia hidrográfica do Baixo Mondego o actual concelho de Soure, na ilustração 1, integra o distrito de Coimbra e é limitado a nascente pelos concelhos de Condeixa-a-Nova e Penela, a norte pelo concelho de Montemor-o-Velho, a sul pelos concelhos de Ansião e Pombal e a oeste pelo concelho da Figueira da Foz. Como concelho, tem a particularidade de ser um dos quatro territorialmente descontínuos¹⁰, tendo uma área de 265,1 km² e uma população de, aproximadamente, 21.000 habitantes¹¹, dividido administrativamente em doze freguesias (Alfarelos, Brunhós, Degracias, Figueiró do Campo, Gesteira, Granja do Ulmeiro, Pombalinho, Samuel, Soure, Tapéus, Vinha da Rainha, Vila Nova de Anços), correspondendo actualmente a uma NUT de ordem III¹².



Ilustração 3- Concelho de Soure

¹⁰ Portugal tem quatro concelhos territorialmente descontínuos: Soure, Montijo, Oliveira de Frades e Vila Real de Santo António.

¹¹ De acordo com os CENSOS de 2001.

¹² Regulamentada pelo decreto-lei n.º 244/2002, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86 que estabeleceu três níveis de Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS):

Nível I - constituído por três unidades, correspondentes ao território do continente e de cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;

Nível II - constituído por sete unidades, das quais cinco no continente, com a nova delimitação constante do anexo I ao presente decreto-lei, de que faz parte integrante, e ainda os territórios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;

Nível III - constituído por 30 unidades, das quais 28 no continente, com a nova delimitação constante do anexo II ao presente decreto-lei, de que faz parte integrante, e 2 correspondentes às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.



Ilustração 5 - Planícies de aluvião em Soure

A vila de Soure situa-se numa pequena elevação, a dez metros de altitude, numa baixa fértil, raramente ultrapassando a cota dos cem metros, onde confluem os rios Anços e Arunca, alimentados por inúmeras ribeiras que vão esculpindo o relevo. Os vales muito abertos espraiaem-se suavemente delimitando planícies de aluvião extremamente férteis mas sujeitas sazonalmente a inundações que ciclicamente marcavam a vida e a morte das populações, como por exemplo, Isabel Marques de Paleão, falecida a 5 de Dezembro de 1677 que foi enterrada na ermida de S. Pedro “*por as cheias não permitirem que viesse à vila*”¹⁵, ou André Domingues, do Mogadouro, falecido em 28 de Dezembro de 1684, sepultado na ermida do Mogadouro porque “*não podiam passar por causa das cheias do rio*”¹⁶.

O espaço está organizado para se tirar o melhor aproveitamento possível da natureza que o constitui, no caso em apreço, nas partes mais elevadas encontramos os pinhais e os matos, nas colinas intermédias podem-se ver os olivais e as vinhas, ficando as férteis planícies reservadas preferencialmente para os cereais. Esta organização espacial está adaptada para suportar uma exploração do tipo *casal*¹⁷, onde pequenos aglomerados populacionais optimizavam a produção agrícola. Encontramos assim um povoamento muito disperso, como se constata na ilustração 2, logo acima da cota normalmente inundável da bacia do Mondego, aproveitando ao máximo o espaço,

¹⁵ Registos Paroquiais de Soure, Óbitos 1613 – 1749, fol.22.

¹⁶ Registos Paroquiais de Soure, Óbitos 1613 – 1749, fol. 35.

¹⁷ O termo “casal” é muitas vezes definido como sendo uma propriedade rústica menos importante que a quinta.

maioritariamente ocupado por casais, num número que ainda hoje é elevado, subsistem vinte e seis, mas não sendo nem metade dos mais de sessenta que encontramos durante o período em análise. Os lugarejos multiplicam-se, criando mesmo dificuldades aos antepassados sourenses de determinarem onde acaba um e começa outro, o próprio Vigário Manuel Rodrigues sente necessidade de localizar melhor as residências e nos assentos, neste caso de baptismo, escreve: “*Casais da Torre, junto ao Sobral*”¹⁸, “*Casal do Justo, junto aos Simões*”¹⁹ e “*Casais da Misericórdia, por cima dos Simões*”²⁰.

Os casais não são obviamente a única tipologia de aglomerados habitacionais que encontramos no concelho de Soure, eles coexistem com outros de maiores dimensões como as aldeias de Paleão, Alencarce de Cima, Sobral e Casa Velha, mas principalmente coexistem com quintas, as quais pertencem às famílias mais importantes de Soure que muitas vezes têm casa na vila e quinta nos arredores quase sempre com capela, como são exemplo:

- Quinta dos Anjos – Pereira Coutinho
- Quinta da Capa Rota – Melos Ataíde
- Quinta da Cruz – Soares Coelho
- Quinta do Pai Daniel – Costa Gramacho
- Quinta de São Tomé – Ribeiro Cabral e Costa Vasconcelos
- Quinta da Telhada – Homem de Quadros
- Quinta de Baixo – Rodrigo Homem de Quadros

Salientemos a curiosidade de subsistirem ainda hoje alguma destas quintas dos séculos XVII e XVIII, em alguns casos ainda na posse dos descendentes das famílias originais.

O primeiro documento referente a Soure é uma doação feita pelos irmãos Soleima, Ordonho, Sisanando e João, de um mosteiro, ao Convento da Vacariça em 1043.

O território é doado à Ordem do Templo por D. Teresa em 1128, sendo esse gesto reconfirmado por D. Afonso Henriques logo no ano seguinte, tornando-se o território de Soure a primeira comenda dos Templários em Portugal.

¹⁸ Registos Paroquiais de Soure, Baptismos 1720 – 1746, fol. 25.

¹⁹ Registos Paroquiais de Soure, Baptismos 1720 – 1746, fol. 13.

²⁰ Registos Paroquiais de Soure, Baptismos 1720 – 1746, fol 9.

Soure recebe foral de D. Henrique e de D. Teresa em 1111 que será confirmado em 1217 por D. Afonso II e terá foral novo manuelino em 13 de Fevereiro de 1513. Entretanto, dada a sua privilegiada situação estratégica até à tomada de Lisboa, tinha tido um papel importante na defesa de Coimbra reconquistada definitivamente em 1064, fazendo parte o seu castelo da linha defensiva composta por Montemor-o-Velho, Santa Olaia, Penela, Germanelo, Miranda do Corvo e Lousã.

2.2 DINÂMICA POPULACIONAL

Para o estudo da dinâmica de uma população têm que se ter em conta os vários fenómenos que contribuem para as suas oscilações, a mortalidade e a natalidade são as variáveis principais, mas não se podem desprezar os movimentos migratórios, a emigração e a migração marcaram desde sempre a vida das populações, seja a título sazonal ou definitivo²¹.

A ausência de estudos cria muitas dificuldades em caracterizar a mobilidade dos portugueses e quantificá-la, mas a nossa pesquisa centra-se nos registos paroquiais, baptismos, casamentos e óbitos, e nas variáveis por eles fornecida, sendo através daqueles actos que vislumbramos a dinâmica populacional da paróquia de Soure, entre 1685 e 1735.

No que concerne à mobilidade detectámos dois fluxos, um de indivíduos estranhos à comunidade sourense que fazem de Soure um ponto de passagem e outro de sourenses que sazonalmente partem para outros lugares. No primeiro caso encontramos sinais da sua passagem, sejam romeiros ou sejam “*passageiros*”, nos registos de óbitos e baptismos, como João de dez anos que morreu em 29 de Outubro de 1725, na estalagem onde se encontrava de passagem com a sua mãe, ou Manuel Carvalho, de Sevilha, *pobre passageiro*, falecido no hospital da Misericórdia de Soure quando vinha em romaria de São Tiago, na Galiza; romeiros do mesmo santo, o casal João Rodrigues Montenegro e Mexia Martins, naturais de Badajoz, baptizaram em Soure o seu filho Manuel em 27 de Janeiro de 1724, outros romeiros, estes do Senhor de Aveiro, José Gonçalves e Maria da Conceição são assinalados em Soure pela morte do seu filho Manuel, recém-nascido, em 27 de Março de 1734. No segundo caso, existem vários exemplos de óbitos no Alentejo e Ribatejo, “*ratinhos*” sourenses que sazonalmente desciam a sul para colheitas e vindimas, regressando após o trabalho efectuado, uns morrem por lá como António Jorge, natural do Cascão falecido em 1716, ou Luís, natural de Casa Velha

²¹ SERRÃO, J. V. – História de Portugal, Vol. 4, p.64.

falecido em 1721, outros regressam adoentados e morrem pouco depois como são os casos de João Gonçalves do lugar de Pinheiro em 1720 e José de Alencarce de Cima em 1730. Mais exemplos da mobilidade dos naturais da paróquia de Soure são os registos dos óbitos, em 22 de Junho de 1728, do soldado José, natural de Casconho que é efectuado “*por vir noticia que faleceu no mar em uma embarcação*”²² e em 31 de Agosto de 1730, de Sebastião Simões que morreu quando regressava “*das reais obras de Mafra*”²³ sendo sepultado em Porto de Mós.

Para caracterizar a dinâmica populacional da paróquia de Soure no referido período em análise (1685-1735) analisaram-se 1016 casamentos, 3758 óbitos e 4828 baptismos na paróquia de Soure que proporciona uma média anual de 16 casamentos, 73 óbitos e 94 baptismos.

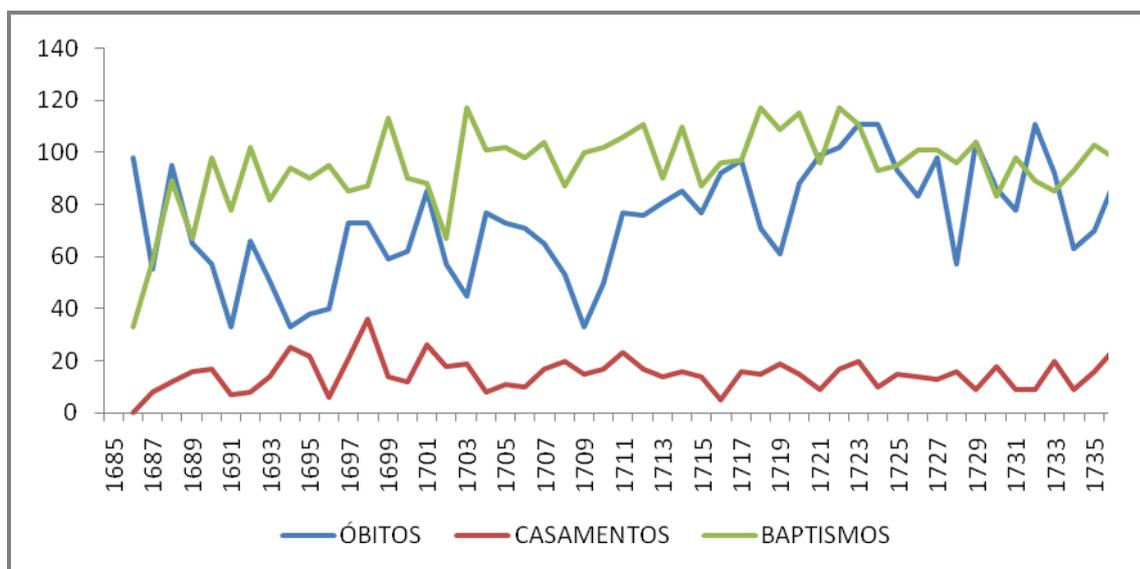


Gráfico 1 - Dinâmica Populacional de Soure

Num primeiro olhar sobre o gráfico 1 constata-se que raramente o número de óbitos ultrapassa o de nascimentos, são excepção, 1731 com 111 óbitos para 89 baptismos, 1723 com 111 óbitos para 93 baptismos e o ano de 1685 que atinge o maior diferencial, com 98 óbitos para apenas 33 baptismos, este baixo número de baptismos em 1685 pode estar relacionado com subregisto.

Do início de setecentos e até 1732 existe um declínio da população portuguesa em cerca de 5%, o todo nacional mostra um comportamento regional extremamente dispare, o Alentejo é a província com maior decréscimo populacional, 27,9%, Trás-os Montes

²² Registos Paroquiais de Soure, Óbitos 1613 – 1749, fol. 19v.

decrece 17,8%, com comportamentos diferentes, Minho e Algarve crescem 8,7% e 16% respectivamente²⁴.

A província da Estremadura, onde se encontrava administrativamente Soure à época, sentiu uma redução da população de 2,8%, comportamento diferente teve a paróquia de Soure que como referimos anteriormente, teve quase sempre mais baptizados do que óbitos, obtendo-se um saldo fisiológico na sua população de 21 indivíduos em média anualmente.

Vejamos algumas fontes que nos permitem verificar a evolução populacional da paróquia de Soure, no primeiro recenseamento em 1527, ordenado por D. João III para apuramento do número de habitantes no Reino, registou-se só na vila de Soure a existência de 190 habitantes²⁵. O padre António Carvalho da Costa no início do século XVIII descreve assim Soure: “*Tem esta Villa na praça huma Parochia, da invocação de Santiago, com hum Vigario, cinco Beneficiados, & hum Capellaõ da Ordem de Christo, Casa de Misericordia, Hospital & estas Ermidas, N. Senhora dos Anjos, S. Agostinho, S. Francisco, S. Sebastião, S. André à entrada da Villa no sitio, que chamaõ a Fonte seca ao pè da ponte, & fora da Villa S. Mattheos, que he Commenda da Ordem de Christo, em cujo dia se faz feyra todos os anos. Tem quinhentos & cincoenta vizinhos com famílias nobres de appellido, Costas, Gramachos, Brandoens, Britos, Ataídes, Homens, Quadros, Sequeyras, Mendanhas, Silvas, Mellos, Almeydas, Botelhos*”²⁶. Em 1732, D. Luís Caetano de Lima, apresenta para a paróquia de Soure a existência de 1006 fogos com 3254 almas²⁷.

Com o apoio das duas citadas fontes a balizar este período verificamos que estas dão um acréscimo de cerca de 1800 de habitantes entre 1706 e 1732, os 550 vizinhos do padre António Carvalho da Costa terão cerca de 2200 habitantes e os 1006 fogos de D. Luís Caetano de Lima terão cerca de 4000 habitantes²⁸. Estes números estarão muito próximos da realidade pois para o mesmo período só a diferença entre óbitos e baptismos é de 1181.

²³ Registos Paroquiais de Soure, Óbitos 1613 – 1749, fol. 43v.

²⁴ SERRÃO, cit. 21, p. 56.

²⁵ RODRIGUES, T. F. – História de Portugal, Vol.3, p.203.

²⁶ COSTA, A. C. – Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, pp. 116-117.

²⁷ LIMA, L. C. – Geografia Histórica, Tomo Segundo, p. 662.

²⁸ O resultado é a multiplicação do número de vizinhos e de fogos por 4, a discrepância entre almas e habitantes em Luís Caetano de Lima é consequência de por alma se entender um indivíduo maior de sete anos.

2.2.1 MORTALIDADE

O quotidiano dos sourenses, no que concerne à mortalidade, neste final do século XVII e início do século XVIII é igual à maioria dos seus contemporâneos, um quotidiano marcado por surtos de doenças e de carências alimentares que os diversos estratos sociais absorvem de maneira diferente, sendo o impacto dos referidos surtos mais acentuado naqueles que menos têm.

O gráfico 2 mostra claramente que não existiu um elevado número de óbitos durante largos períodos de tempo, com excepção de 1719 a 1724 em que a média de óbitos é continuamente alta, a paróquia de Soure apresenta uma grande flutuação no número de mortes anuais.

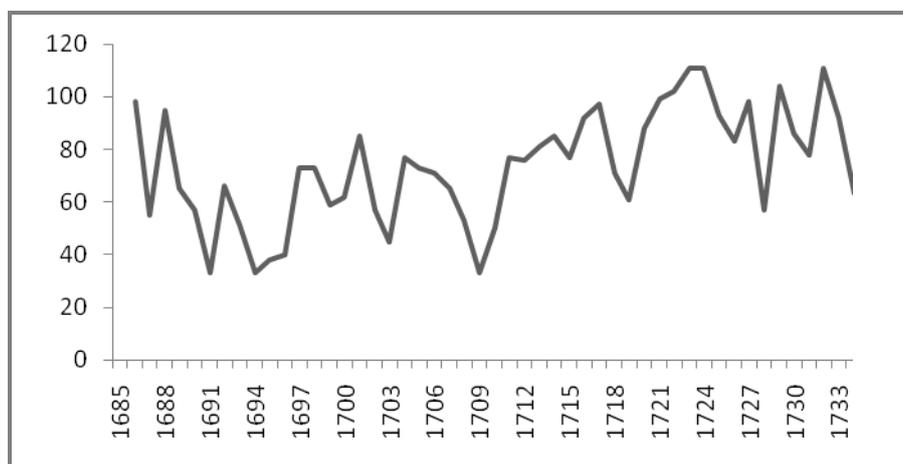


Gráfico 2 - Mortalidade

O período em análise, 1685-1735, várias vezes assolado por epidemias de tifo, de febre amarela e cólera, estes surtos epidémicos só vêm martirizar uma população que já convive com uma elevada mortalidade de contornos cíclicos, as mesmas causas, nos mesmos meses, as mesmas consequências nos mesmos grupos etários e sociais²⁹.

O gráfico 3 permite visualizar a distribuição da mortalidade na paróquia de Soure durante o ano, tornando desde logo visível um acentuado número de óbitos nos meses de Inverno, com um segundo pico em pleno Verão. O mês no qual se morre mais é Novembro com 394 óbitos (mais 51% que Setembro), seguido de Dezembro com 380 e Janeiro com 350, estes três meses têm em comum as temperaturas baixas que acentuam as deficientes condições habitacionais, de agasalho e de nutrição, derivando não raras

²⁹ MOREIRA, M. J. G. – História da população portuguesa, p.269.

vezes em doenças do foro respiratório como pneumonias, gripes e catarros. O outro pico de óbitos acontece no mês de Agosto com 324 óbitos, onde as doenças de pele têm em papel preponderante e onde morrem muitas crianças, “*o enfraquecimento da lactação e dos cuidados maternos na época alta das fainas agrícolas, a ingestão de produtos alimentares impróprios e de águas contaminadas favoreciam a propagação de surtos epidémicos por vezes violentos, como no caso das febres de origem tifóide*”³⁰, como meses com uma média mais baixa de mortalidade encontramos os teoricamente amenos Setembro e Abril com 261 e 266 óbitos respectivamente.

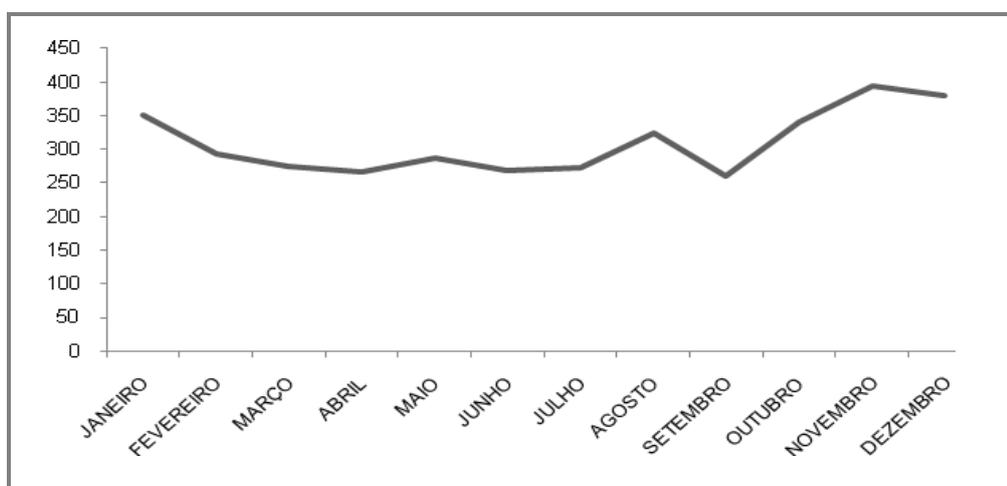


Gráfico 3 - Sazonalidade dos óbitos

As doenças contagiosas são as que mais mortalidade provocam, como provas desse facto são as mortes no mesmo agregado familiar num curto espaço de tempo³¹, os próprios pais do Vigário Manuel Rodrigues morrem no espaço de dois meses, também a morte por afogamento é registada regularmente, não só crianças³², mas como também adultos, nomeadamente com quedas de pontes, como o ferrador António Fonseca, residente em Soure que “*morreu de morte desastrada de uma queda que caiu à ponte da portela desta freguesia*”³³.

³⁰ MOREIRA, cit. 29, p.269.

³¹ São vários os casos encontrados independentemente da idade e da localidade e do estrato social, de que se dão como exemplo, em 1723, José e Josefa, de 6 e 4 anos respectivamente, filhos do alfaiate José Rodrigues residente em Cavaleiros que morrem no espaço de cinco dias; em 1725, Antónia de 3 anos e Micaela de 7, filhas de Manuel Simões Cabeça, residente em Soure, morrem no espaço de quatro dias; em 1729 morrem num espaço de uma semana as irmãs Catarina e Inês, ambas maiores de idade, residentes em São Mateus; em 1728, o casal Maria Rodrigues e João Ferreira Duque, residente em Casal do Rei, morre num intervalo de dois dias e em 1731 morrem separadas por um mês as irmãs Ana de um ano e meio e Teresa de três anos, filhas do doutor Henrique Barbosa Canais, residentes em Soure.

³² São exemplo: Mateus (14 meses) em 1733, Maria (2 anos) em 1733 e José (3 anos) em 1734.

³³ Registos Paroquiais de Soure, Óbitos 1613 – 1749, fol. 17v.

2.2.2 BAPTISMOS

O sacramento do baptismo é fundamental para a Igreja Católica, a sua importância não advém apenas do seu papel de inclusão no seio da comunidade cristã, mas principalmente pelo que representa na salvação da alma. A importância escatológica do baptismo é bem evidente no número elevado de *baptismos em necessidade*, sempre que havia a mínima hipótese do parto correr mal, infelizmente muitas vezes corria, o bebé era logo baptizado, se sobrevivesse era levado a um segundo baptismo, cerca de duas semanas após o nascimento, sempre efectuado “*sub conditione*” pelo eclesiástico.

O elevado número de *baptismos em necessidade* está directamente relacionado com elevada taxa de mortalidade infantil, este acto era praticado para evitar que morressem crianças sem serem baptizadas, como Catarina, falecida em 24 de Julho de 1723 “*que morreu antes de poder vir à pia*”³⁴, quem o efectuava eram, sempre que possível, pessoas com experiência na sua execução, como se pode inferir do óbito de um menino anónimo de Pouca Pena, falecido em 16 de Março de 1730 que foi baptizado em necessidade pelo seu pai, João Couceiro, “*por se não achar presente outra alguma pessoa que o soubesse fazer*”³⁵.

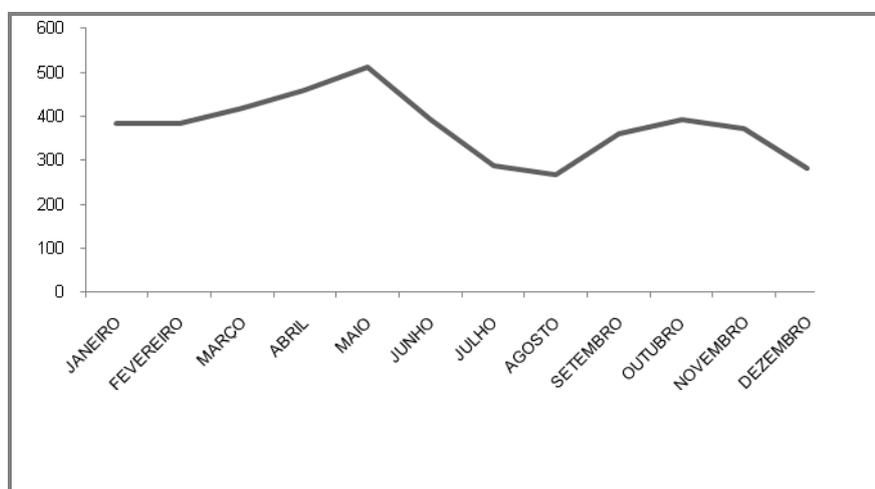


Gráfico 4 - Sazonalidade dos baptismos

A primeira constatação ao analisar-se o gráfico 4 é a sazonalidade evidente dos baptismos, com um pico na Primavera e um decréscimo acentuado no Verão, voltando a haver um aumento significativo no Outono e um novo recuo no número de baptismos

³⁴ Registos Paroquiais de Soure, Óbitos 1613 – 1749, fol. 94.

³⁵ Registos Paroquiais de Soure, Óbitos 1613 – 1749, fol. 39.

no Inverno. O mês com maior número de batizados foi Maio com 512, mais 90% que o mês com menor número, Agosto com 269.

Com base na visualização do gráfico podemos inferir que os nascimentos não aconteciam por acaso durante todo o ano, era um assunto empiricamente ponderado e planejado para acontecer nos meses de clima mais suave, na Primavera e no Outono, evitando os frios Invernos e os quentes Verões, aumentando assim as possibilidades de sobrevivência do recém-nascido. Pode parecer pouco credível que haja algum tipo de planificação setecentista nesta área mas os dados não deixam dúvidas, se o mês com mais casamentos é Novembro muitas crianças deveriam nascer nove meses depois em Agosto, mas este é o mês com menos nascimentos.

Se partirmos do batismo, para o nascimento e verificarmos, num simples exercício o período de concepção, encontramos algumas curiosidades, por exemplo, se constatamos que o Verão com seu calor levava a que fosse o período com menos nascimentos, também temos que constatar que é neste período que acontecem as concepções que depois tornam a Primavera a líder em nascimentos, apesar de Novembro ser o mês com mais casamentos.

O pico de nascimentos outonal poderá estar relacionado com o elevado número de casamentos que se celebram em Janeiro e Fevereiro, o segundo período com mais casamentos, e com uma clara antecipação a alguma abstinência sexual que a época da Quaresma encerrava.

2.2.2.1 ILEGITIMIDADE

Os estudos demográficos iniciais desvalorizavam a ilegitimidade no Antigo Regime por ser uma realidade residual, praticamente inexistente no extremamente católico sul da Europa, resultado de um apertado cerco religioso que tentava controlar os comportamentos individuais.

Jacques Dupâquier, ilustre historiador francês falecido já no decorrer da nossa investigação, especialista em história demográfica, considera os nascimentos ilegítimos um caso excepcional não encontrando nenhum registo destes casos entre 1621 e 1721 nas paróquias da região da Bacia de Paris³⁶.

³⁶ DUPÂQUIER, J. - Population rurale du Bassin parisien à l'époque de Louis XIV, p. 368.

Tudo apontava para que no modelo demográfico europeu a quase inexistência de filhos ilegítimos fosse a consequência do sobrevalorizado conceito moral ditado pela Igreja que obstaculizava as relações extraconjugais, mas estudos mais recentes³⁷ demonstram que a ilegitimidade não só era uma realidade, como alguns dos arautos da moralidade, representantes do clero, aparecem a perfilhar em batismos e são réus por concubinato em devassas.

Cambiantes regionais e ausência de estudos tornam de difícil construção um modelo nacional que padronize a ilegitimidade, Trás-os-Montes é das zonas mais estudadas com uma taxa de ilegítimos de 7,4% para o período de 1690-1800, assim como o Minho com taxas médias acima dos 11%, ultrapassando em muito o que se encontrou no resto da Europa e também em Portugal, quanto mais nos afastamos do Minho mais descem as taxas e nos aproximamos das médias europeias³⁸.

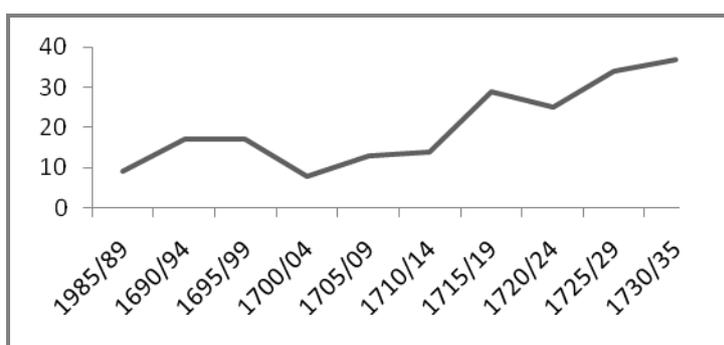


Gráfico 5 - Ilegítimos³⁹

Na paróquia de Soure existe neste período uma taxa de 4,3 ilegítimos por cada 100 batismos⁴⁰, mas como é notório no gráfico 5 existe um início de setecentos com uma média baixa de ilegítimos que gradualmente vai aumentando, para disparar em 1719, passando a haver anos como 1726 e 1730 com taxas superiores a 10 ilegítimos por cada 100 crianças batizadas.

2.2.2.2 LEGITIMAÇÃO

Os filhos ilegítimos não eram fruto exclusivo de relações extraconjugais, ou de clérigos, muitos eram ilegítimos porque os pais esperavam autorização para casarem.

³⁷ LEBRUN, F. – A Vida Conjugal no Antigo Regime, p. 96.

³⁸ NEVES, A. A. – Um Enigma Demográfico: A ilegitimidade no Minho no Antigo Regime, pp. 139-173.

³⁹ Optou-se por uma apresentação em quinquênios por possibilitar uma melhor visualização.

⁴⁰ No período em estudo são batizadas 199 crianças ilegítimas das quais 95 são do sexo feminino e 94 do sexo masculino.

Em localidades rurais de pequena dimensão, onde as famílias se vão cruzando através dos tempos é natural que uma grande percentagem da população esteja ligada por laços de parentesco. Ao pretender-se casar com parentes até quarto grau de consanguinidade (primos) era necessário receber autorização papal, situação por vezes morosa que se tornava impossível aquando de corte de relações entre Portugal e o Vaticano. O número de ilegítimos que como se viu no ponto anterior, tem o seu maior agravamento no final da década de 20 do século XVIII, mantendo a tendência na década de 30, não é de estranhar que este seja um período coincidente com um corte de relações diplomáticas entre Portugal e o Vaticano⁴¹.

Dada a morosidade, os casais começavam a viver juntos esperando depois a autorização para regularizar a sua situação conjugal, entretanto nasciam crianças que engrossavam o número de ilegítimos, nestes casos e em número significativo, as mulheres afirmam o pai da criança ser o seu *esposo*, certamente no sentido em as promessas recíprocas de casamento eram como umas convenções antenupciais, ou seja, as esponsais.

Foi detectada a existência de vários casos de legitimação conjugal após o nascimento de filhos, da qual vamos dar alguns exemplos, todos eles com diversos cambiantes entre si.

Cecília Gonçalves, viúva desde 1723, natural e residente no Casal das Brancas, baptiza a sua filha Francisca em 4 de Setembro de 1727, esta é considerada ilegítima pois a mãe não está casada com o pai, José Gonçalves que como relata o celebrante do baptismo, Vigário Manuel Rodrigues: “*disse que Francisca era filha de José Gonçalves seu esposo os quais tem impetrado bula de sua santidade para poderem serem dispensados para poderem casar um com o outro*”⁴². Após receberem autorização para o casamento por possuírem consanguinidade em quarto grau, celebram a cerimónia em 19 de Março de 1728, tendo ainda mais dois filhos.

Com contornos diferentes, visto não existirem laços de parentesco entre os nubentes é o caso de Domingas dos Santos, solteira, natural do Casal da Venda, tem um primeiro filho em 1726, José que diz ser de Manuel de Almeida, o Vigário regista dúvidas dessa paternidade que são atenuadas quando nasce uma segunda criança,

⁴¹ Em 1728 tenta ser imposto a Portugal o cardeal Firrão em detrimento de monsenhor Bichi, escolha de D. João V, ingerência papal que o monarca não acatou, cortando relações diplomáticas com o Vaticano até 1731 quando o papa concede o cardinalato ao nuncio Bichi.

⁴² Registos Paroquiais de Soure, Baptismos 1720 – 1746, fol. 122v.

Manuel em 1730 “*filho de seu esposo Manuel de Almeida*”⁴³, e que desaparecem quando se realiza o casamento de ambos em 3 de Setembro de 1731.

Um caso mais célere é o de Maria Madeira e Manuel Madeira, ambos de Alencarce de Cima, baptizam Maria em 1 de Julho de 1731 e casam em 20 de Agosto seguinte, não é referida consanguinidade mas parece ser evidente a existência de parentesco entre o pai de Manuel, Simão Madeira e a mãe de Maria, Antónia Madeira. Indiciando que este casal já vivia maritalmente é o facto de a recém-nascida Maria ter sido baptizada em necessidade pela sua avó paterna Isabel Francisca.

Um último exemplo é o do casal Luís e Paula, ambos solteiros, baptizam o seu filho Luís em 16 de Julho de 1730, segundo o padre celebrante Manuel Rodrigues Álvaro Paula disse “*que o filho era de seu esposo Luís Ferreira com o qual tinha banhos corridos*”⁴⁴, mas o casamento não acontece, pelo menos até 1735, a que não será estranho o facto do recém-nascido Luís ter morrido quatro meses decorridos, a 11 de Novembro de 1730.

2.2.2.3 CASOS E SINGULARIDADES

Os registos paroquiais não são um terreno estéril onde só há lugar para a metodologia estatística – histórica, são um campo repleto de informação, muita dela encerrando singularidades que caracterizam não só a sociedade sourense, como todo um Portugal rural de Antigo Regime.

Durante uma pesquisa desfilam perante o investigador factos que por serem laterais à investigação vão sendo arrumados num patamar diferente da memória, são interrogações latentes que a qualquer momento podem obter respostas mesmo que a sua procura não seja intencional. Um exemplo bem ilustrativo aconteceu na pesquisa para esta tese, observou-se na leitura e transcrição de baptismos que ciclicamente a data da unção com os santos óleos divergia da data do baptismo⁴⁵, sendo a unção do peito com o óleo dos catecúmenos fundamental em todo o cerimonial, não se conseguia explicar a sua ausência. Como muitas vezes acontece a maioria das interrogações têm uma explicação simples, após a leitura de mais de quinhentos assentos de baptismos eis que aparece a resposta pela mão do Vigário Manuel Rodrigues que no baptizado de

⁴³ Registos Paroquiais de Soure, Baptismos 1720 – 1746, fol.178-178v

⁴⁴ Registos Paroquiais de Soure, Baptismos 1720 – 1746, fol. 174.

⁴⁵ Uma nota na margem do assento do baptismo indicava a posterior data da unção com os santos óleos.

Bernarda, em 22 de Abril de 1726, escreve: “*não pus os santos óleos, por não haver ainda na igreja*”⁴⁶.

A explicação era simples, por não estar recomendado o uso de óleos velhos nos sacramentos, o padre esperava a chegada de novos vindo da sede episcopal, como os óleos eram, como são, consagrados anualmente na quinta-feira santa⁴⁷ ainda não tinham chegado a Soure, daí a sua cíclica ausência nos baptizados imediatamente posteriores à Páscoa.

O óbito de Antónia Gaspar, é o primeiro exemplo de um registo de uma curiosidade, uma “pérola”, encontrada nos registos paroquiais que transcrevemos de 1720 a 1735. Antónia Gaspar morre 18 de Fevereiro de 1725, mas a sua morte não tem nada de natural, ela suicidou-se, o Vigário Manuel Rodrigues escreve assim no assento de óbito: “*Faleceu de morte desastrada sendo achada em sua casa afogada com uma corda, em tempo que já alguns dias dantes andava alunada de entendimento*”⁴⁸. É o único registo até agora encontrado de um suicídio e dadas as implicações religiosas teve que aguardar licença vinda de Coimbra para o seu enterro ser possível em solo sagrado, no caso, na colegiada de São Tiago. A falecida não recebeu sacramentos, facto que é desvalorizado pelo Vigário por ela três dias antes se ter confessado e comungado.

Outra “pérola” é o funeral de Manuel Rodrigues, residente em Porto Coelho que morre a 20 de Junho de 1726, elegendo para local da sua sepultura a Igreja de Tapéus situada noutra paróquia a pouca distância, o que parecia um desejo normal transformou-se num problema que atrasou o funeral em pelo menos quatro dias, como relata o Vigário Manuel Rodrigues: “*em vinte e quatro dias do dito mês da dita era, tanto tempo esteve sem ser sepultado por culpa do seu herdeiro que não queria pagar na forma do compromisso dois mil réis à confraria de Porto Coelho para que a irmandade dela levar o dito defunto à sepultura*”⁴⁹.

O próprio Vigário não se coibia de por no papel rumores como no caso do óbito de Maria João, em 5 de Agosto de 1732, moradora no Casal de Santo Ildefonso, a qual “*foi achada morta fora, mas perto do dito casal e constar que o dito seu marido ali a matara*”⁵⁰.

⁴⁶ Registos Paroquiais de Soure, Baptismos 1720 – 1746, fol. 101v.

⁴⁷ Em 1726 a quinta-feira santa foi a 18 de Abril.

⁴⁸ Registos Paroquiais de Soure, Óbitos 1613 – 1749, fol. 119.

⁴⁹ Registos Paroquiais de Soure, Óbitos 1613 – 1749, fol. 136v.

⁵⁰ Registos Paroquiais de Soure, Óbitos 1613 – 1749, fol. 65.

Um caso interessante é o verificado com Antónia Carvalha, mulher de Miguel Ferreira residentes em Paleão, aparece em doze actos, sete óbitos de recém-nascidos e cinco baptismos em que baptiza por necessidade, características típicas de uma parteira, profissão que vem mencionada no último óbito registado, aquele que nos interessa. No dia 9 de Janeiro de 1723 é a própria Antónia Carvalha que leva o corpo da recém-nascida Maria para ser sepultada, nunca tínhamos encontrado nada igual nem o voltámos a encontrar, a mãe de Maria, Isabel Simões não resiste aos problemas do parto e morre passadas três semanas, no dia 1 de Fevereiro, passadas novamente três semanas morre Antónia Carvalha em 24 de Março de 1723.

São também raras as menções a acidentes como o que vitimou dois homens, em São Mateus no dia 21 de Julho de 1726, Manuel Cardoso e Manuel Pires como se pode ler no óbito deste último, “*faleceu de morte desastrada que se alagou uma parede em cima*”⁵¹. Ou o acidente num campo do Mondego que teve Francisco, marmeleiro, falecido em 10 de Outubro de 1682 sepultado na ermida do Pinheiro “*por não haver quem o trouxesse a esta vila por cheirar muito mal e não se podia chegar a ele*”⁵².

Os assentos de baptismo mesmo tendo uma informação diferente, também encerram algumas singularidades à espera que um olhar mais atento as liberte. Um primeiro exemplo é o caso de uma menina de Casal da Lagem, falecida em 29 de Junho de 1730, filha de Sebastião Rodrigues e de Luísa Leoa que se tivesse sobrevivido teria três baptismos, pois durante o parto foi duas vezes baptizada e por duas pessoas diferentes, “*faleceu logo depois de nascer e de ser baptizada por Maria Simões, mulher de Manuel de Oliveira do casal da Lagem ainda no nascedouro e depois de nascida, tudo em necessidade, por Manuel Rodrigues Afonso*”⁵³.

Outro caso é o de Domingos Rodrigues Tribelo e de sua mulher Maria que baptizam dois filhos no espaço de dois meses, José e Maria, em 26 de Junho e 28 de Agosto de 1724⁵⁴ respectivamente, indiciando a possibilidade do perfilhamento de um exposto.

Em 1700, um baptizado permite-nos vislumbrara pela primeira vez indícios de escravatura na região que se tornam perceptíveis em quatro actos, dois óbitos de escravas e dois baptizados de filhas de escravas. No dia 23 de Janeiro de 1700 é baptizada Joana, filha de Luzia, escrava de Manuel Homem de Quadros, no assento de

⁵¹ Registos Paroquiais, Óbitos 1613 – 1749, fol. 137v.

⁵² Registos Paroquiais, Óbitos 1613 – 1749, fol.27.

⁵³ Registos Paroquiais de Soure, Óbitos 1613 – 1749, fol. 42.

⁵⁴ Registos Paroquiais de Soure, Baptismos 1720 – 1746, fol. 87v e fol. 88v.

baptismo Joana é dada como ilegítima, mas no mesmo registo é reconhecido Manuel Fernandes como pai, este é pajem de Manuel Homem de Quadros.

António Manhos

Em 1730 deparamo-nos com outro caso curioso, em 23 de Abril é baptizado Tomás, filho ilegítimo de Catarina Cardoso a qual afirma que o pai da criança é o padre António Manhos. A relação entre os dois é sobejamente conhecida, remontando a Setembro de 1721 encontramos quatro testemunhos denunciando-a ao Visitador Pantelão Pereira de Sampaio, mas já antes, em Junho, quando Catarina Cardoso baptiza um outro seu filho, Diogo, afirmando que o pai é o seu marido Manuel Gonçalves Cavaleiro, o próprio Vigário Manuel Rodrigues dúvida dessa paternidade “*pela sobredita ser mal procedida e por causa há anos estar em divorcio com o dito seu marido*”⁵⁵.

A má fama de Catarina contrasta com os pergaminhos familiares e religiosos de António Manhos, padre, filho do Doutor António Manhos de Abreu, irmão do médico Anselmo Manhos e sobrinho do capitão Luis Manhos de Abreu.

As denúncias⁵⁶ das quatro testemunhas, António Ferreira, seareiro de 40 anos de Melriçal, Domingos Gonçalves, trabalhador de 30 anos de Melriçal, Manuel Ferreira, trabalhador de 45 anos de Fatacos e Manuel Gomes, cavador de 30 anos de Casal do Rei, apontam para que Diogo também seja filho de António Manhos, nomeadamente a primeira testemunha, António Ferreira que para além de afirmar, como as outras, ser António Manhos visita assídua de Catarina Cardoso, realça não só o facto de o ter visto sair de casa dela no dia que foi baptizado Diogo, como também o conhecimento público de que ele é filho da ré e do réu.

O padre António Manhos é admoestado em 3º lapso de concubinato em 1723, mas a sua relação com Catarina Cardoso mantém-se, têm o filho Tomás em 1730, sendo ela condenada neste mesmo ano por 4º lapso de concubinato o que lhe valeu uma multa de 3200 réis, sendo-lhe comutada a condenação de dois meses de aljube, em 12 de Fevereiro de 1731⁵⁷.

O padre António Manhos e Catarina Cardoso viveram uma história de amor que foi superior a todo o controlo social imposto pela Igreja e a todas as condenações.

⁵⁵ Registos Paroquiais de Soure, Baptismos 1720 – 1746, fol. 11 e 11v.

⁵⁶ Devassas de Penela, 1721, III/D,1,4,4,57, fol. 167 e ss.

⁵⁷ Devassa de Penela, 1729, III/D,1,5,1,7, fol. 32 e ss.

Apadrinhamento por crianças

A escolha dos padrinhos é de grande relevância social, o estatuto social de um indivíduo no Antigo Regime pode ser inferido através dos padrinhos que consegue para os seus filhos, o convite nunca é efectuado a um de menor estatuto, pretendendo-se sempre alguém de grande prestígio local ou regional, para muitos era uma pouco dissimulada tentativa de inserção e ascensão social.

Os padrinhos eram considerados os pais espirituais que assumindo um papel primordial na educação cristã e dos bons costumes das crianças, criavam um laço extremamente forte entre todos os protagonistas.

Como o baptismo é um importante e bem regulamentado acto, foi com alguma surpresa que viemos a encontrar crianças de tenra idade, mesmo bebés, a apadrinhar na paróquia de Soure. O Direito Canónico ainda hoje proíbe tal situação, para se ser padrinho tem que se ter pelo menos dezasseis anos⁵⁸, sendo a idade regulamentada em meados do século XVI de catorze anos para o padrinho e de doze anos para a madrinha, conforme a disposição exemplificativa nas *Constituições synodales do bispado de Coimbra*⁵⁹, são admitidas excepções concedidas pela hierarquia religiosa mas ainda não foi encontrada menção a qualquer licença concedida, os próprios religiosos estão impedidos de apadrinhar, mas nos assentos de baptismo é comum encontrá-los a desempenhar esse papel⁶⁰.

A ideia de crianças a apadrinhar subverte o princípio do apadrinhamento no que concerne ao acompanhamento que o afilhado deve ter por parte do padrinho, no percurso religiosos e secular, principalmente nos primeiros e decisivos anos de vida, não foi por mero acaso que o entendimento do legislador religioso chegou a uma idade mínima para se ser padrinho e madrinha.

⁵⁸ Código de Direito Canónico – Livro IV, 874§, 1, 5.

⁵⁹ Constituições synodales do bispado de Coimbra – Prólogo, fol. v.

⁶⁰ Bernardo de Santo António, padre, religioso de Santo Agostinho é padrinho em 21 ocasiões, o próprio Vigário Manuel Rodrigues é padrinho 13 vezes e o Vigário de Tapéus desloca-se 8 vezes a Soure para apadrinhar.

ANO	NOME	PAI	IDADE
1706	Mariana	Luís Manhos de Abreu	1
1722	Justina	Luís Barbosa Canais	1
1696	Caetana	Manuel Soares Coelho	2
1699	Angela	Sebastião Machado da Costa	3
1727	Felipa	Jacinto da Costa de Vasconcelos	3
1693	Teresa	Pedro de Eiró Matoso	3
1710	Fernando	Luís Manhos de Abreu	4
1706	Caetana	André Gonçalves	4
1712	Caetana	José de Barros	6
1721	Pedro	Luís Barbosa Canais	7
1722	José	Manuel Rodrigues Serrão	7
1704	Sebastião	Manuel Soares Coelho	8
1719	Maria	Henrique Barbosa Canais	9
1719	Alexandre	Alberto Ferreira	9
1718	José	Sebastião Machado da Costa	10
1704	António	Pedro de Eiró Matoso	10
1716	Teresa	Manuel Gonçalves Vargas	10
1715	Plácido	Manuel Soares Coelho	11

Tabela 1- Crianças Padrinhos/Madrinhas

A ocorrência de crianças a apadrinhar é rara, nos 4.828 baptizados só detectámos dezoito crianças a apadrinhar em 32 ocasiões, mas é a raridade que valoriza e destaca.

Verificou-se que o número de padrinhos, oito, era igual ao de madrinhas e que a criança mais solicitada foi Mariana, filha Luís Manhos de Abreu que foi madrinha seis vezes, uma logo no primeiro ano de vida, duas com três anos, e uma aos quatro, seis e oito. Não se detectou um elo de ligação entre os baptizados, são todos diferenciados de pessoas de localidades diferentes, só o primeiro tem alguma relevância pois Mariana é madrinha do seu primo José, filho do Licenciado António Manhos de Abreu. A tentação de afirmar que era para evitar o posterior casamento entre os primos é forte, pois era interdito o casamento entre afilhado e padrinho, mas não se encontraram mais casos que corroborassem essa afirmação.

O único elo de ligação detectado foi entre os progenitores, todos em algum momento foram eleitos para a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Soure, André Gonçalves e Manuel Rodrigues Serrão foram mesários de 2ª condição, Luís Barbosa Canais foi mesário de 1ª condição, Alberto Ferreira, José de Barros e Manuel Gonçalves

Vargas foram mordomos, Henrique Barbosa Canais e Pedro de Eiró Matoso foram escrivães, Jacinto da Costa Vasconcelos, Sebastião Machado da Costa, Luís Manhos de Abreu e Manuel Soares Coelho foram provedores. Este facto demonstra que todos eles são indivíduos importantes na sociedade sourense como tal já foram padrinhos muitas vezes⁶¹, assim sendo tendem a enviar os seus filhos e filhas a apadrinhar.

2.2.3 CASAMENTOS

O assento de casamento é uma fonte soberba e fidedigna para o estudo das populações, o seu conteúdo encerra um manancial de informação extremamente rico que permite, com uma análise cuidada, vislumbrar algo mais do que meros nomes e datas. O assento de casamento para além de dar as coordenadas que nos permite situar no tempo e no espaço o respectivo acto, fornece colateralmente dados valiosos que permitem inferir padrões comportamentais e sociais de uma determinada época e região e a sua elaboração mais ou menos detalhada, dependendo em muito esse detalhe da importância social dos nubentes, permite retirar vários tipos de informação em momentos diferentes. Num primeiro momento, a informação religiosa, obtemos a data, o local, o celebrante, se existe algum grau de consanguinidade entre os noivos e se receberam as bênçãos. Durante um segundo momento, obtemos a identificação dos vários protagonistas (noivos, pais dos noivos, testemunhas), a sua naturalidade e residência. Num terceiro e último momento, podemos obter os pormenores: títulos, cargos, profissões, alcunhas, procurações, etc.

Mesmo tipificado, o assento de casamento varia imenso tanto no seu aspecto formal como de conteúdo, variações induzidas não só pela multiplicidade dos seus autores, mas também por interpretações superiores que o vão alterando regionalmente, como é exemplo a proibição determinada em 1714 pelo arcebispo da diocese de Braga. D. Rodrigo de Moura Telles, da inscrição das profissões, dos “*ofícios mecânicos*” nos assentos⁶².

Com a transcrição de cerca de oitocentos assentos de casamentos da paróquia de Soure, entre 1685 e 1750⁶³, obteve-se uma base de dados com uma multiplicidade de

⁶¹ Os que foram provedores, por exemplo, quando enviaram os filhos para padrinhos já tinham apadrinhado várias vezes: Manuel Soares Coelho 6, Jacinto da Costa Vasconcelos 10 e Luís Manhos de Abreu 12.

⁶² AMORIM, N. – Nupcialidade e Fecundidade Diferenciais, p. 57.

⁶³ Não é o número total de casamentos da paróquia nesse período que são pouco mais de um milhar, mas sim das dez maiores localidades (Alencarce, Casal Novo, Casa Velha, Casconho, Mogadouro, Paleão, Pinheiro, Simões, Sobral e Soure) o que representa a maioria esmagadora da população.

informação que se pretende agora analisar através de abordagens de vários ângulos que permitam encontrar, ou não, padrões na sociedade sourense condizentes com a matriz de casamento da Europa ocidental⁶⁴. Verificar-se-á também se os dados obtidos são uniformes em toda a paróquia, procurando singularidades, não só tendo em atenção a idade dos nubentes como também a sua proveniência e a sua posterior fixação. Outra análise a reter é verificar a percentagem de noivos que são órfãos, assim como quantificar os viúvos que estão envolvidos nestas oito centenas de casamentos.

2.2.3.1 CASAMENTO VERSUS ÓBITOS

As comunidades, por terem recursos limitados, dificilmente podem celebrar um grande número de casamentos durante largos períodos de tempo. O casamento é o angariador por excelência de novos membros para a comunidade, o seu número não pode pôr em causa o colectivo. O meio onde se insere a comunidade serve de regulador à nupcialidade, permitindo, ou não, casamentos conforme se vão libertando recursos que viabilizem a sustentação de novas unidades familiares, “*numa perspectiva ecológica, o modo como os europeus casavam permitia-lhes criar um sistema demográfico de baixa pressão, isto é, um sistema de reprodução em que a proporção entre recursos e população é mantida acima do seu limiar de ruptura*”⁶⁵. Esta regulação vai ao encontro de uma das características mais significativas do padrão de casamento europeu⁶⁶, a elevada percentagem de celibato definitivo que assim se torna mais facilmente explicável, o elevado número de celibatários não é derivado de uma escolha pessoal, mas sim da falta de recursos disponíveis.

No gráfico 5, podemos observar os casamentos que foram celebrados na paróquia de Soure durante cinquenta anos (1686-1735) torna facilmente visível a grande variação anual de casamentos, se a opção fosse só ter mencionado a média anual de 15 casamentos teríamos uma ideia dum linearidade que seria extremamente ilusória. Com um mínimo de 5, em 1716, e um máximo de 36 casamentos em 1698, o gráfico demonstra que a seguir a um ano de muitos casamentos, se segue invariavelmente um ano com uma abrupta descida no número de enlaces.

⁶⁴ John Hajnal dividiu a Europa em duas grandes áreas, hajnal-line, segundo a idade do casamento e a percentagem de celibato definitivo, o “Padrão de Casamento Europeu”, onde uma Europa ocidental se caracteriza por casamentos tardios e elevada percentagem de celibatários, contrariamente a uma Europa oriental e outras zonas mundiais, onde o casamento era praticamente universal e a idade dos nubentes era menor.

⁶⁵ CARVALHO – Cit. 3, p.48.

⁶⁶ HAJNAL, J. – European marriage patterns in perspective, pp. 101-143.

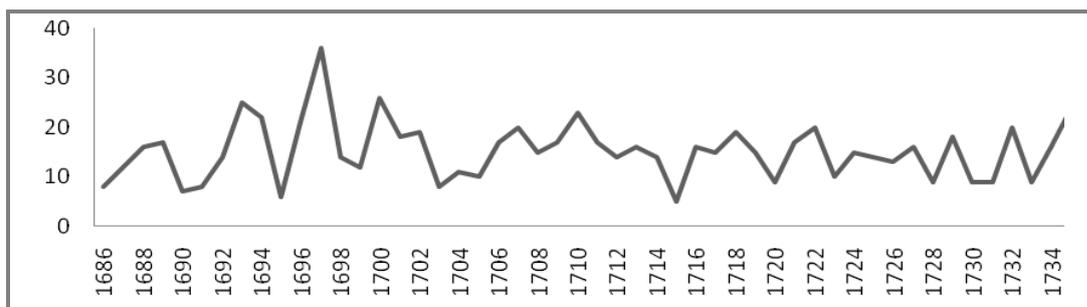


Gráfico 6 - Casamentos 1686/1735

Constituir uma família tem que ter a montante um garante da sua própria subsistência, em meados do século XVIII um assento da Casa da Suplicação é peremptório: “ *He regra, e preceito geral de todos os Direitos, Natural, Divino, e Humano, que cada um se deve alimentar, e sustentar a si mesmo; da qual Regra, e Preceito geral só são exceptuados os filhos, e toda a ordem dos descendentes e em segundo lugar os pais, e toda a serie dos descendentes*”⁶⁷.

No interior da comunidade a transmissão de recursos processa-se através da morte dos progenitores, esta dinâmica natural permite assim que uma parte significativa da população tenha acesso ao casamento.

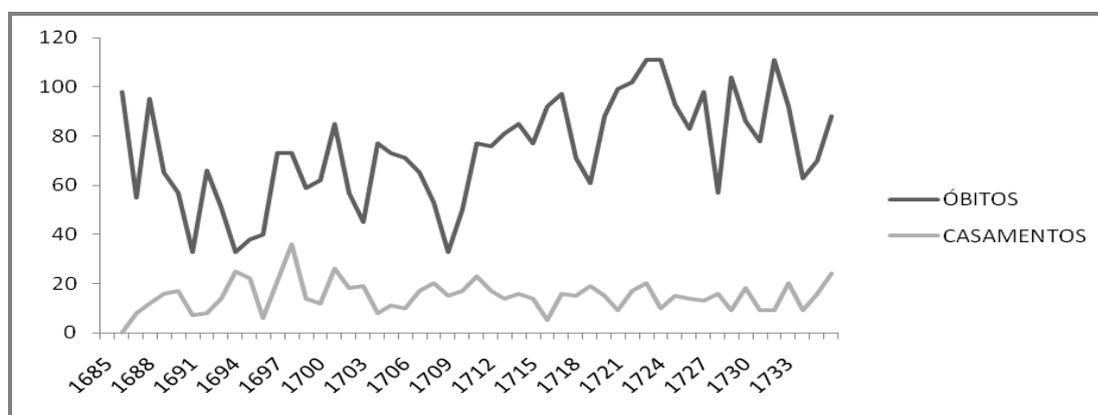


Gráfico 7 - Casamentos/Óbitos

A correlação entre o gráfico dos óbitos e dos casamentos é evidente, se desde dos finais de Seiscentos se verifica que anos com poucos óbitos são simultaneamente anos de poucos casamentos, a partir do início do século XVIII a semelhança gráfica permite confirmar a existência de uma relação directa entre o óbito e o casamento⁶⁸, ou seja,

⁶⁷ HESPANHA, A. – História de Portugal, Volume 4, p. 273.

⁶⁸ Em Soure, no período entre 1685 e 1735, a média de óbitos anuais é de 73 e a de casamentos 15, quando existe um acentuado decréscimo de óbitos (55 em 1686, 33 em 1690, 40 em 1695 e 63 em 1733, por exemplo), o número de

existe uma indiscutível relação directa entre a transmissão de propriedade e o acesso ao casamento.

O gráfico 7 torna visível a regulação que à nupcialidade é imposta pelo meio e pelos recursos nele existentes, o número de usufruidores desses recursos não pode aumentar bruscamente o que levaria ao colapso da comunidade, dado que a tecnologia coeva, de lenta evolução, só permite baixas taxas de crescimento demográfico.

A existência da relação óbito/casamento só será realmente notória e significativa se se verificar uma grande percentagem de nubentes órfãos, para eliminar a possibilidade, por exemplo, de uma grande mortandade infantil que seria lateral à relação em análise.

2.2.3.2 CASAMENTO DE ÓRFÃOS

As localidades analisadas da paróquia de Soure apresentam diferenças percentuais elevadas de casamentos com órfãos, encontramos um mínimo de 51,2% em Casal Novo e um máximo de 75,5% em Mogadouro. Cada localidade tem uma pressão diferente sobre o meio onde se insere, se essa pressão já for muito acentuada os recursos disponíveis são limitados, assim sendo, a transmissão de propriedade por morte é a maneira privilegiada de se chegar ao casamento. Mogadouro é o exemplo mais completo desse tipo de pressão, onde só 11 dos casamentos são efectuados com todos os progenitores ainda vivos. Os dados obtidos demonstram facilmente que na grande maioria dos casamentos (65,1%), pelo menos um dos nubentes é órfão de algum progenitor e que o número de casamentos sem órfãos (265) é praticamente igual ao de casamentos em que os quatro progenitores já faleceram (266).

Noutro extremo, Casconho com 31% de casamentos sem órfãos denota menor pressão sobre o meio ambiente, mas como todas as outras localidades esses casamentos são quase todos em datas tardias, com o avançar do século XVIII começam a escassear enlaces sem órfãos, em Casconho só encontramos dois nos últimos vinte anos e no mesmo período de tempo em Sobral, só em quatro dos trinta e três casamentos realizados se encontra a totalidade dos progenitores presentes no acto, o que dá uma percentagem de 17,5%.

casamentos acompanha essa descida (8 em 1686, 7 em 1690, 6 em 1695 e 9 em 1733). O contrário também é evidente, anos com um número de óbitos substancialmente superior à média (85 em 1700, 77 em 1710, 111 em 1722, 92 em 1732 e 88 em 1735), são também anos com um elevado número de casamentos (26 em 1700, 23 em 1710, 20 em 1722, 20 em 1732 e 24 em 1735).

Soure, a sede concelhia, tem casamentos com as mesmas características mas por razões bem diferentes, está no topo das localidades de casamentos sem órfãos, 32%, mas ao contrário de Casconho não é só pelo tipo de pressão exercida no meio, residência daqueles que melhores condições de vida usufruem, casam mais cedo⁶⁹ e vivem mais, dispõe de recursos que permitem aceder ao casamento sem ser necessário a transmissão de propriedade pela morte do progenitor. Como centro mais populoso, Soure tem para além daqueles que ocupam cargos inerentes ao poder local e central, todo um conjunto de indivíduos que pelos seus misteres também está menos dependente da transmissão de propriedade. Em resultado deste contexto Soure tem a mais baixa percentagem de pais de noivos falecidos, 30,4%, substancialmente diferente da média total de cerca de 44%, noutro parâmetro em que Soure difere substancialmente do resto da sua paróquia é em casamentos com a presença de órfãos só de mãe, para uma média geral a rondar os 30%, a sede do concelho só apresenta 17%, praticamente metade. Este último dado, poderá estar relacionado com uma menor mortandade da mulher durante o parto dada a proximidade do médico, da botica e da parteira⁷⁰.

LOCALIDADE	CAS	Órfão de Pai	Órfão de Mãe	Órfão de Pais	%Pais Mortos	Cas. Sem Órfãos	Cas.com Órfãos
Alencarce Cima	90	77	62	45	63,6	23	74,4%
Casa Velha	91	67	52	34	51,9	28	69,2%
Casconho	31	14	13	6	31,4	15	51,6%
Casal Novo	41	26	13	9	34,7	20	51,2%
Mogadouro	45	41	34	18	61,6	11	75,5%
Paleão	107	62	51	35	42,7	44	58,8%
Pinheiro	21	15	6	6	39,2	9	57,1%
Simões	59	38	28	19	44,8	22	62,7%
Sobral	101	62	61	30	45,7	29	71,2%
Soure	175	54	30	64	30,4	65	62,8%
TOTAL	761	456	350	266	43,9	265	65,1%

Tabela 2 - Casamentos de órfãos⁷¹

⁶⁹ Como é dissemelhante do Padrão de Casamento Europeu será feita uma análise posterior para corroborar, ou não, esta afirmação.

⁷⁰ Para fundamentar esta afirmação terá que se efectuar uma análise aos óbitos femininos e aos baptizados para relacionar a mortandade feminina com o parto e com a condição periférica.

⁷¹ A tabela 1 contém a informação obtida com a transcrição para a base de dados de 761 casamentos na paróquia de Soure de 1685 a 1735, no que concerne a casamentos onde pelo menos um dos nubentes é órfão de um dos

Como se visualiza na tabela existe um padrão que é transversal à quase totalidade das localidades analisadas, mas em alguns casos existem casos particulares que divergem do geral, por exemplo, Sobral tem 34% de casamentos com órfãos de mãe, exactamente o dobro de Pinheiro com 17%; Soure tem 30% de casamentos com órfãos totais, mais do dobro de Casal Novo com 13%.

Uma abordagem diferente⁷² permitiu chegar a um resultado interessante, os 100 casamentos que se realizaram em quatro localidades da paróquia de Soure (Casal Novo, Simões, Mogadouro e Pinheiro) cujos noivos eram do exterior das referidas populações, 62% casaram com noivas órfãs e só 38% casaram com noivas cujos pais ainda eram vivos, fixando-se 67% na localidade da noiva, dando uma característica matrilocal às comunidades acima referidas. Outra conclusão que se pode tirar desta fixação, de indivíduos exteriores à comunidade é que ela só se torna possível, se as noivas tiverem alguns recursos disponibilizados pela morte dos progenitores, nomeadamente se não se perder de vista a fragilidade social feminina no período em estudo, com o acentuado agravamento que a condição de órfã proporciona.

progenitores. Como exemplo demonstrativo vejamos a primeira localidade da tabela; nos referidos cinquenta anos realizaram-se 90 casamentos (CAS) envolvendo indivíduos moradores em Alencarce de Cima, criando um universo de 180 noivos e 360 pais de noivos, deste total de noivos 77 eram só órfãos de pai, 62 eram só órfãos de mãe, 45 eram órfãos de ambos os pais e 46 ainda tinham os pais vivos (há uma diferença entre os pais contabilizados e possíveis derivado à inexistência de filiação em alguns assentos de casamento). Segue-se a percentagem de pais mortos aquando do casamento dos filhos, 63,6%, assim como o número de casamentos em que a totalidade dos progenitores está viva, 23, por fim obtemos a percentagem de casamentos em que estão presentes órfãos, no caso, 74,4%.

⁷² Após analisar a totalidade de casamentos de quatro localidades (Casal Novo, Simões, Mogadouro e Pinheiro), isolaram-se os casamentos cujos noivos vinham do exterior.

2.2.3.3 CASAMENTO DE ÓRFÃOS

Com o auxílio do gráfico 8 e a partir dos dados que permitiram a sua elaboração, passa-se agora analisar a endógenia nos casamentos das localidades da paróquia de Soure.

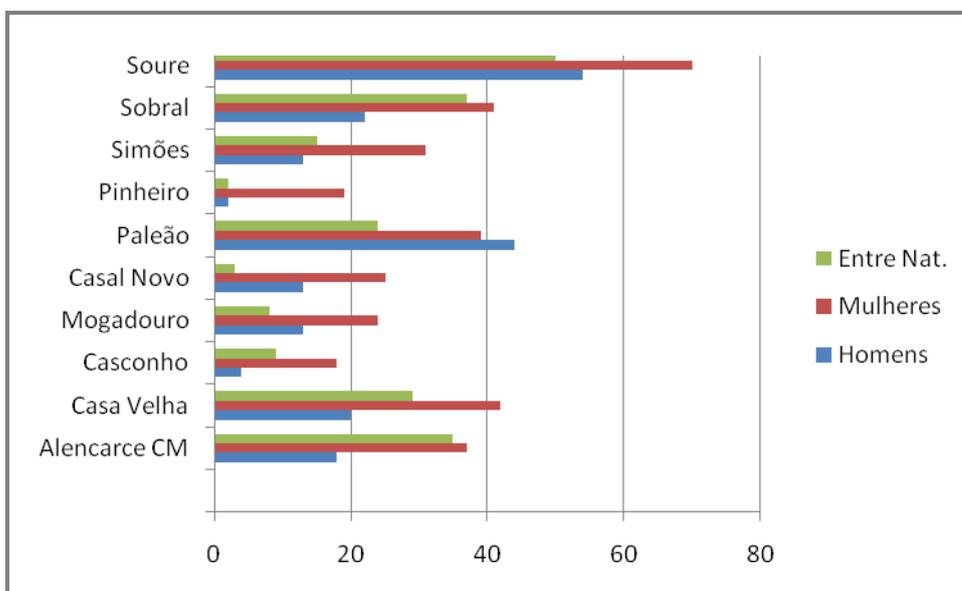


Gráfico 8 - Noivos

A totalidade dos 761 casamentos analisados é composta por casamentos contraídos por homens de determinada localidade com mulheres de fora (230 – 27%), por casamentos contraídos por mulheres de determinada localidade com homens de fora (346 – 45%) e por casamentos de casais naturais da mesma localidade (212 – 28%)⁷³.

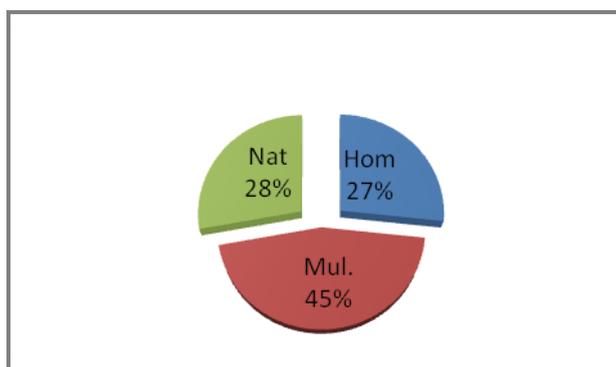


Gráfico 9 - Total de Noivos

Como resultado mais visível de imediato é a diferença de noivos femininos e masculinos (27% masculinos e 45% femininos), a razão não é de mais mulheres

casarem, mas sim derivado ao costume do homem casar na terra da noiva, se essa terra se encontrar fora da paróquia analisada não existe registo do casamento, entrando assim alguns erroneamente no elevado número de celibatários.

A paróquia de Soure tem 28% de casamentos endogénicos, é com naturalidade que se encontra nas terras mais pequenas uma menor endógenia, Casal Novo 7%, Pinheiro 9% e Mogadouro 13%, enquanto em localidades com maior dimensão são celebrados mais casamentos entre naturais, Casa Velha 32%, Sobral 37% e Alencarce de Cima 39%.

A localidade de Soure, mesmo sendo a localidade mais populosa, só tem uma taxa de 29% de casamentos endogénicos, para essa baixa taxa concorrem 124 indivíduos (54 homens e 70 mulheres) que não sendo da localidade casam com sourenses, muitos deles ocupando cargos municipais ou de relevo na sociedade local⁷⁴.

Como foi referido e explicado, o número registado de mulheres que casam é superior ao dos homens, mas existem localidades em que as percentagens ultrapassam em muito a média, Pinheiro, por exemplo, de todos os seus naturais que casaram 82% eram mulheres, 9% eram homens e 9% foram enlaces de conterrâneos. Casal Novo, também uma pequena localidade, tem o segundo registo com mais mulheres casadoiras e mesmo assim só atinge 61%, Casconho uma localidade com as mesmas características tem a taxa de 58%.

Constata-se assim que quanto menor é a localidade mais homens têm que procurar casamento fora, o que faz disparar a percentagem feminina, Paleão é a única localidade que pelo contrário tem mais registos masculinos que femininos, 41% e 37% respectivamente.

Tentou-se analisar se o grau de endógenia e o casamento no exterior das dez localidades tinha uma variação temporal, se existia uma crescente procura no exterior o que a consanguinidade e a escassez de meios proibia no interior, mas não se verificaram variações ao longo do período em estudo, a não serem aquelas inerentes ao lento desenvolvimento demográfico⁷⁵.

⁷³ Em alguns casos, pouco significativos, o noivo não se deslocou da sua terra natal só para casar, já vivia na localidade de casamento antes, mas como o assento de casamento nos permite saber a sua naturalidade, optou-se por o considerar externo à comunidade.

⁷⁴ Como escrivães da câmara, juízes, médicos do partido, etc.

⁷⁵ Em duas localidades com sensivelmente a mesma dimensão populacional, Casa Velha e Sobral, analisámos os casamentos com noivos exteriores à comunidade por década, verificando-se que nas cinco décadas não existe grande

2.2.3.4 FIXAÇÃO DOS NUBENTES

Ao verificarmos onde se fixaram a residir os noivos após o casamento, estamos a tentar caracterizar o sistema social das dez comunidades em estudo: matrilocal ou patrilocal⁷⁶. Para isso temos que na base de dados passar do individuo para a família, a referida base dá-nos nomes que metodologicamente vamos agrupando em famílias, o assento de casamento não tem a futura residência do casal de noivos, esta só a vamos encontrar quando o mesmo casal baptiza o primeiro filho, ou quando um dos seus elementos é referido noutra acto socialmente detectável, apadrinhando ou testemunhando.

Do conjunto total dos casamentos da comunidade sourense, 761, pudemos seguir o percurso pós – casamento de 440 para pesquisar onde ficaram a residir os nubentes⁷⁷, verificando que 244 (55,5%) dos casais fixaram residência na terra do pai do noivo e que 196 (44,5%) dos casais fixaram residência na terra do pai da noiva.

Com 55,5 % de fixações na terra do pai do noivo, o sistema social sourense é tendencialmente patrilocal, mas como em todas as médias, existem singularidades diluídas no todo que devem ser realçadas.

Quando é a noiva natural da localidade, o que acontece em 281 casamentos, verifica-se que não há uma fixação preferencial, a mulher em 141 casos vai viver para a terra dos pais do marido e em 140 casos fica a viver na sua própria terra. Quando é o noivo natural da localidade, o que acontece em 159 casamentos, os números já tomam outra dimensão, só 56 homens, 35%, vão viver para a terra dos pais da noiva, ficando os restantes 103, ou seja, 65%, na sua própria terra.

Verifica-se uma substancial diferença de fixação de residência relacionada com o género, a mulher em metade dos casamentos abandona a sua terra natal, enquanto no homem isso só se observa num terço dos casamentos.

As várias localidades também têm características próprias, no Sobral o padrão de fixação de residência é completamente inverso, são dois terços das noivas que fixam

variação, excepto a segunda (1695-1704) que nas duas localidades tem um peso de quase 30% do total de casamentos.

⁷⁶ A antropologia social usa os termos matrilocal e patrilocal para caracterizar a fixação de residência dos noivos. Matrilocal se a residência é na localidade dos pais da noiva, patrilocal se é na localidade dos pais do noivo que o novo casal fixa residência.

⁷⁷ Excluíram-se os 212 casamentos entre conterrâneos, os 22 casais que foram residir para uma terceira localidade e aqueles casais que nunca mais tiveram actividade, 87. Estes últimos poderiam ser incluídos na análise mas não temos a certeza que tenham saído da paróquia, pois podem não ter tido filhos, nem apadrinhado e logo não existe um “rasto social” detectável.

residência na terra, e é a maioria dos homens que sai, uma comunidade fortemente matrilocal. Em Pinheiro acontece o mesmo fenómeno feminino, verificando-se menos significativamente em Casa Velha, onde 22 noivas ficam e 16 partem.

Com características contrárias observamos, Simões com 82% dos homens a não sair da sua própria localidade, o mesmo acontece em Mogadouro com 77% e Paleão onde 22 homens ficam (58%) e 16 partem. Soure, como a localidade mais atractiva no contexto regional fixa 52% das noivas e no que concerne aos homens, os números são extremamente esclarecedores, apenas 8 deixam a sede do concelho (20%), ficando 32 a residir na sua terra natal, o que representa 80%.

As localidades que mais fixaram os seus naturais, homens e mulheres, foram Simões e Soure, com 62% e 63% respectivamente, de sinal contrário, as localidades que mais nubentes viram sair foram Alencarce de Cima (65%) e Casal Novo (68%).

Os casamentos entre conterrâneos, em número de 212, promovem logicamente uma fixação à localidade de origem, mas mesmo assim só Casconho, Mogadouro, Casal Novo e Paleão absorvem a totalidade de novos casais⁷⁸.

Ao cruzarmos esta informação com outra obtida anteriormente, verificamos que as localidades de Casconho, Casal Novo e Paleão, além de absorverem a totalidade de casais de conterrâneos⁷⁹, também são as que menor percentagem de casamentos com órfãos têm, podendo-se inferir que são populações que ainda não exercem grande pressão sobre o meio, são comunidades onde existem recursos para a fixação da maior parte dos seus naturais.

Alencarce de Cima, seguindo o raciocínio anterior, parece estar muito próximo do limite de recursos que pode oferecer aos seus naturais, pois é a que absorve menos novos casais, 65% têm que sair, ao mesmo tempo que a percentagem de casamentos com órfãos é das maiores, 74,4%.

Extrapolando a mesma fórmula de raciocínio para o todo sourense, podemos afirmar que a nupcialidade é controlada pelo meio (recursos), alicerçando a afirmação no elevado número de casamentos que são efectuados após a morte dos progenitores dos noivos e na menor capacidade de absorção pela comunidade de novos casais, quanto

⁷⁸ Não é de desprezar a hipótese já atrás referida, de que alguns se mantêm na sua terra natal mas sem actividade que os permita detectar.

⁷⁹ Presa, uma pequena localidade que durante o período da presente investigação só realizou 10 casamentos, um deles entre naturais, absorveu a totalidade dos novos casais.

mais vincada for a presença destes dois factores, mais forte é o indicador que a população está no seu número ideal para o meio onde se insere e a tecnologia que usa.

Como paradigmático da fixação de residência dos novos casais, também é o número residual daqueles que optam por residir numa terceira terra, ou seja, aqueles que não escolhem para residência nem a terra dos seus pais, nem a terra dos pais do seu cônjuge, somente 22 casais o fazem, o que representa menos de 3%. Também a mudança de residência não é um fenómeno detectável devido à sua muito baixa ocorrência, exceptuando alguma elite local que através de cargos e títulos consegue nascer, viver e morrer em locais diferente, para a esmagadora maioria da população essas três fases da vida são passadas no mesmo lugar.

2.2.3.5 IDADE DOS NUBENTES

A idade de casamento de uma população não é de pesquisa fácil, a idade não vem inscrita no assento de casamento, tem que se obter através do cruzamento com os assentos de baptismo, a elevada homonimidade torna a tarefa extremamente morosa, outro problema é que num estudo que engloba uma população durante um determinado período, só se começa a vislumbrar resultados para indivíduos que tenham nascido pelo menos dezassete ou dezoito anos após o início do período em causa, pois não está transcrito o registo do seu baptismo⁸⁰, no nosso caso concreto para o período de 1685 – 1735 só começamos a obter resultados no início do século XVIII, conseguindo isolar a idade de 471 nubentes (202 homens e 269 mulheres), o que representa cerca de um terço dos 1522 possíveis.

A idade média dos noivos na paróquia de Soure é de 25,2 anos, sendo a idade média dos homens de 25,7 anos e a das mulheres 24,8 anos. A média é ligeiramente mais baixa do que apresentado por vários autores para a época e região geográfica⁸¹ que assinalam uma idade de primeiro casamento superior no Norte do país que vai descendo consoante nos dirigimos para Sul. Esta média, como não podia deixar de ser, encerra discrepâncias e particularidades dentro da paróquia que convém trazer à discussão.

Começou-se por dividir o período em estudo em três, para perceber mudanças significativas na idade média dos noivos.

⁸⁰ Também não se pode obter a idade daqueles que casaram na paróquia de Soure, mas que eram oriundos de outras paróquias, por não haver registo de baptismo.

⁸¹ MOREIRA, cit. 29, p.278.

Período	Homens	Mulheres
1701 – 1715	21,9	22,7
1716 - 1725	26,1	25,6
1726 - 1735	26,9	24,9

Tabela 3 - Idade média dos noivos⁸²

Como é perceptível, há um grande aumento da idade média dos noivos a partir de 1715, no início de século XVIII casava-se muito cedo, na localidade de Soure a idade média das mulheres que casam é de 19,9 anos, existindo vários casamentos com mulheres de 17 anos e um casamento de uma com 15 anos⁸³, de salientar o facto da idade média das mulheres ser ligeiramente superior à dos homens. Esta singularidade não foi encontrada em nenhum outro estudo, tendo-se como padrão da nupcialidade para o todo nacional exactamente o contrário⁸⁴, quantos mais estudos são efectuados mais se constata a existência de características regionais que competem com padrões que se pensavam imutáveis.

O Padrão de Casamento Europeu caracteriza-se por um casamento tardio, 24/26 anos de idade, na paróquia de Soure, o que proporciona essa média típica europeia não é o casamento tardio, é o casamento muito tardio com vários noivos, principalmente mulheres a casarem depois dos trinta⁸⁵. Exemplos elucidativos são o de José Rodrigues, do Casal da Venda, com 37 anos que casa com Domingas Rodrigues, do Sobral, de 44 anos de idade, em 1735, nenhum deles é viúvo, é o primeiro casamento para ambos, o mesmo acontece em 1731 em Sobral com Manuel Rodrigues Reis de 44 anos e Maria Carvalha de 38 anos.

Por toda a paróquia de Soure o primeiro período em análise tem baixas médias de idade das noivas, Paleão, Simões e Sobral com 21 anos, Alencarce de Cima com 22 anos. Nos homens a idade é também baixa em localidade como Soure e Simões com 22,8 anos, Alencarce de Cima com 23 anos. Curiosamente onde se atinge a media masculina mais baixa, Casal Novo e Mogadouro ambos com 20 anos, é onde se atinge também a média feminina mais alta para este período, 24,5 anos.

⁸² Estes resultados foram obtidos através da idade de 469 nubentes, 188 masculinos e 269 femininos, distribuídos da seguinte forma: 1º período 1701-1715, 37 masculinos e 50 femininos; 2º período 1716-1725, 73 masculinos e 103 femininos; 3º período 1726-1735, 92 masculinos e 116 femininos.

⁸³ Iria de Seabra Jacques que casa no dia 24-12-1713 com Luís Barbosa Canais de 24 anos.

⁸⁴ SERRÃO, cit. 21, pp. 49-69.

⁸⁵ Em Soure, no último período em análise, casam duas mulheres solteiras com 38 anos e uma com 33.

No decénio seguinte, de 1716 a 1725, há um acréscimo acentuado da idade média dos noivos, a média masculina sobe para os 26,1 anos e a feminina para os 25,6 anos. Esta realidade é visível em praticamente toda a paróquia, excepto Paleão no que concerne aos homens com 22,7 anos e Alencarce de Cima nas mulheres, com uma média de 22,5 anos. De sinal contrário e contribuindo decisivamente para o resultado total, Casa Velha com uma média de idade masculina e feminina de 28 anos.

A elevada mortandade de 1720 a 1725⁸⁶, vai permitir um alívio sobre os recursos e permitir o acesso ao casamento de indivíduos mais novos, pondo à prova e revelando as características homeostáticas e auto-reguladoras do sistema de casamentos do Antigo Regime⁸⁷.

Para a maioria das localidades sourenses o último decénio, de 1726 a 1735, observa-se um abrandamento do aumento da idade média dos noivos, existindo mesmo um decréscimo na média feminina para 24,9 anos. Contribuiu decisivamente para esta realidade a sede de concelho com uma média masculina de 24,9 anos e uma média feminina de 23,9 anos. Sobral, com um comportamento completamente díspare, vê as duas médias continuarem a subir para valores a rondarem os 29 anos⁸⁸, com 85% dos casamentos a serem celebrados com órfãos, a localidade que é das que mais absorve o casamento de conterrâneos, não consegue neste decénio manter essa oferta aos seus naturais, partindo para o exterior 60% deles.

2.2.3.6 SEGUNDO CASAMENTO

Ao analisar a idade média dos noivos na paróquia de Soure, surgiram algumas singularidades que merecem ser destacadas, começando pela baixa incidência de segundos casamentos; só aparecem 80 viúvos em toda a paróquia a casar uma segunda vez, 0,5% de todos os noivos.

Casamento de viúvos é um cerimonial que não aparece registado até final de Seiscentos, de 1685 a 1699, na paróquia de Soure, o primeiro casamento em que um dos noivos é viúvo só aparece registado no século XVIII, em 1701, quando o viúvo João Luís de Soure casa com Maria Gonçalves do Vale da Borra, seguindo-se no ano seguinte dois casamentos com viúvos no Sobral, após estes três temos que esperar quase

⁸⁶Com uma média anual superior a 100 óbitos anuais, 40% superior à dos cinquenta anos em estudo.

⁸⁷ BIDEAU, A. – Autoregulating Mechanisms in Traditional Populations, pp.117-131.

⁸⁸ Encontra-se em Sobral no último decénio em estudo uma percentagem de 50% de noivos com mais de 30 anos de idade.

uma década para encontrarmos registos deste tipo de enlaces disseminados pela quase totalidade da paróquia, ainda que esporadicamente.

Do total de 80 nubentes viúvos, apenas 20 eram mulheres e dessas apenas 8 casam com solteiros, a viuvez não sendo estigmática tem um papel redutor na comunidade, a mulher fica mais vulnerável, nomeadamente se tiver filhos, perdendo com o seu novo estatuto poder atractivo que proporcione um novo casamento.

O homem viúvo também denota muitas dificuldades em casar uma segunda vez, o reduzido número daqueles que casam novamente⁸⁹, 60, permite dizer que existe algum tipo de entrave social ou moral a esse segundo casamento. Deduz-se que o estatuto de viúvo não torna o individuo mais apelativo como noivo, mesmo que tenha alguns bens, a comunidade revela algumas reticências a casamentos de e com viúvos, como demonstra a elevada percentagem de casamentos com órfãs, dos 44 viúvos que casam com solteiras, 75% deles fazem-no com órfãs de pai, destas, 55% também o são de mãe.

Durante os cinquenta anos da pesquisa em Casal Novo nunca houve um casamento com viúvos, em Casconho só se registou um e em Pinheiro dois, além destas três localidades em Alencarce de Cima não se registou nenhum casamento de viúvas, as localidades de Casa Velha e Paleão com uma dúzia de casamentos cada uma, foram daquelas onde mais viúvos conseguiram chegar a um segundo casamento.

Um dos factores que poderia estar relacionado com a dificuldade de acesso ao segundo casamento poderia ser a de diferença de idades, principalmente quando a esperança de vida é baixa, rondando os quarenta anos⁹⁰, mas como uma parte significativa da viuvez se dá ainda numa fase prematura do percurso vivencial, essa hipótese pode ser colocada de parte. A heterogeneidade de idades do conjunto de viúvos poderia ser razão mais que suficiente para que o seu acesso a um segundo casamento fosse mais representativo.

2.2.3.7 DIFERENÇA DE IDADES ENTRE OS NUBENTES

A diferença de idades não obstaculiza o casamento, as médias masculina e feminina de 25,7 e 24,8 respectivamente, são muito parecidas mas escondem uma

⁸⁹ As excepções à regra são Mateus Gomes do Sobral e Manuel Rodrigues Castelo de Soure, ambos casam por quatro vezes.

⁹⁰ AMORIM, N. – Comportamentos demográficos de Antigo Regime na Península Ibérica, pp.147-170.

realidade interessante que é a diferença de idades entre os cônjuges, independentemente do género⁹¹.

Verifica-se na paróquia de Soure uma diferença de idade significativa entre os membros do casal, claro que existem muitos casamentos em que os noivos têm praticamente a mesma idade, mas na maioria dos enlaces existem diferenças e em muitos as diferenças são acentuadas. A diferença média de idade entre os cônjuges em toda a paróquia é de 5,3 anos, com um mínimo de 2,25 anos em Pinheiro e um máximo de 8,9 anos no Sobral.

LOCALIDADE	NOME	IDADE	NOME	IDADE	DIFERENÇA
Paleão	Manuel de Oliveira	20	Maria Rodrigues	40	20
Sobral	José Simões	21	Rosa Maria	40	19
Alencarce	Vicente Antunes	23	Francisca Gonçalves	40	17
Casa Velha	Manuel Nunes	22	Isabel Pereira	39	17
Sobral	Manuel de Brito	16	Francisca Conceição	23	17
Casa Velha	Manuel Gonçalves	17	Páscoa dos Santos	33	16
Casconho	Manuel João	23	Maria de Oliveira	38	15
Soure	Alexandre F. Veloso	22	Ângela dos Anjos	37	15
Mogadouro	João Ferreira	17	Maria Josefa	30	13
Casa Velha	José da Costa	17	Maria Rodrigues	28	11
Casal Novo	João Gonçalves	17	Maria Nunes	27	10
Paleão	João Pereira	16	Catarina de Jesus	26	10
Simões	João da Silva	21	Antónia Sacramento	31	10
Simões	Francisco Costa	23	Caetana Simões	32	9

Tabela 4 – Diferenças de idades entre noivos

A diferença de idade no casamento está padronizada como sendo potenciada por uma atitude de alguma elite masculina que casa com mulheres muito mais novas⁹², os exemplos dos casamentos de Luís Barbosa Canais, filho de um capitão, com 24 anos que casa com Iria de Seabra Jacques, filha de um licenciado, de 15 anos de idade e do

⁹¹ O pretendido nesta análise é visualizar, não quando se casa, mas qual é a diferença de idade entre os noivos quando o casamento acontece.

⁹² ROWLAND, R. - Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal, pp.13-32.

médico Domingos Carvalhosa, com Luísa Maria de 16 anos, são a prova desse conceito. Mas na paróquia de Soure obtém-se em todas as localidades um padrão completamente diferente, são homens indiferenciados a casar com mulheres, na sua grande maioria solteiras, pelo menos uma dezena de anos mais velhas

Se por um lado quando os homens casam com mulheres muito mais novas, nunca a diferença de idade nesses enlaces é superior a dez anos, por outro lado, quando os homens casam com mulheres muito mais velhas, a dezena de anos de diferença é frequentemente ultrapassada.

2.2.3.8 SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS

A celebração de casamentos não tem um padrão linear durante todo o ano, existe uma nítida influência da natureza e da religião na escolha da data do casamento.

A média de casamentos por mês na paróquia de Soure é de 63,4, com um mínimo de 31 em Julho e um máximo de 115 em Novembro.

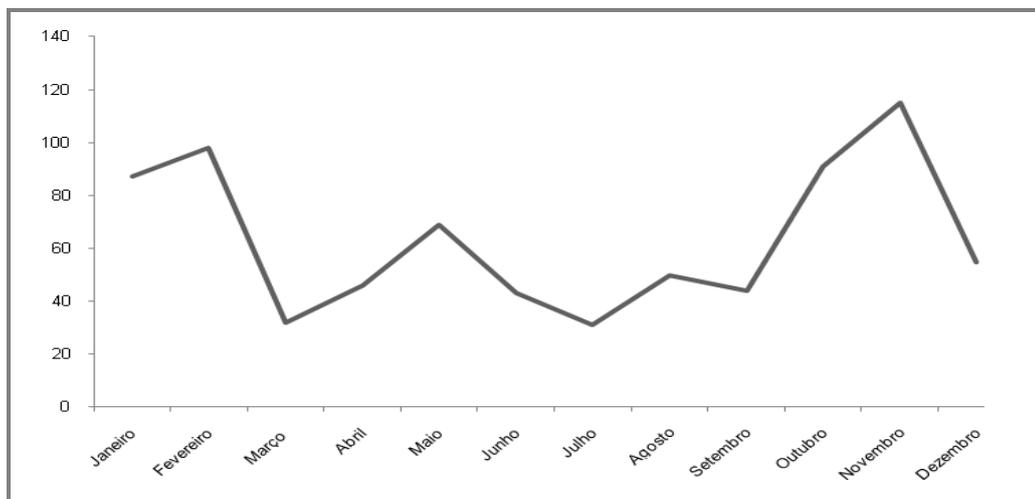


Gráfico 10 - Sazonalidade dos casamentos

O gráfico 10 permite facilmente visualizar que é no início do ano e em Novembro que os sourenses mais casam, seguindo-se depois uma descida abrupta no número de casamentos, após o que se dá uma estabilidade na média de enlaces. O número de casamentos aumenta no Outono e Inverno quando a população está mais liberta da intensidade do trabalho rural, diminuindo o número de enlaces na época crítica das colheitas, na Primavera e no Verão. Aliados à sazonalidade agrícola existem dois períodos de intensa religiosidade que limitam os matrimónios, a Páscoa e o Advento, é notório o baixo número de casamentos nesses períodos, como também é visível o

elevado número de enlaces que se celebram nos meses anteriores. Nos meses da Páscoa o número de casamentos é baixo, Março 32 e Abril 46, enquanto nos meses anteriores, Janeiro e Fevereiro têm 87 e 98 respectivamente, antes do Advento observa-se o mesmo, Dezembro celebra 55 casamentos e os meses anteriores, Outubro 91 e Novembro atinge o máximo de 115.

A localidade de Soure é a localidade que mantém um número de casamentos mais regular durante todo o ano, a esta regularidade não é alheio o facto de a igreja matriz nela se encontrar dispensando viagens, indo também ao encontro do que se afirma em vários estudos⁹³ que a vida social nos centros mais urbanos é menos ritmada por fervores religiosos e factores agrícolas, do que as zonas mais rurais.

Um dado curioso é o do baixo número de casamentos em Julho, 31, menos de metade da média da paróquia, e que seria muito mais baixo se Soure não celebrasse 18 casamentos neste mês (58%), localidades como Casal Novo, Mogadouro, Pinheiro e Simões, não têm nenhum conterrâneo seu a casar-se em Julho em cinquenta anos e em Sobral e Casconho só um indivíduo escolhe esse mês para casar.

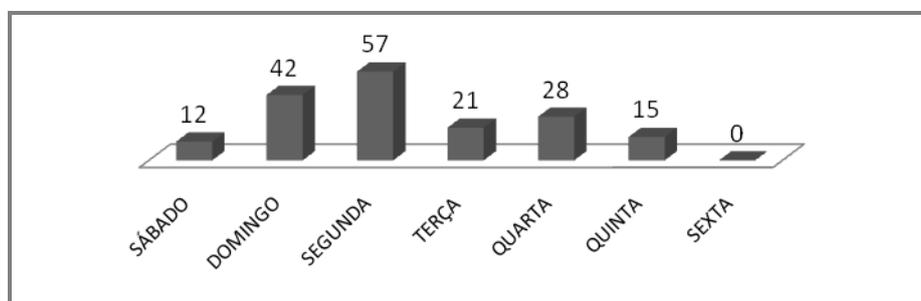


Gráfico 11 - Casamentos semanais da vila

Os naturais da sede do concelho celebram casamentos durante toda a semana, excepto à Sexta-feira, com uma predominância para Domingo e Segunda quando 56,5% dos sourenses⁹⁴ se casaram. A elevada percentagem de casamentos à Segunda-feira, 32,5%, poderá estar relacionada com a feira semanal que se realiza nesse dia.

Analizou-se igualmente a localidade de Sobral que dista cerca de 4 Km da sede do concelho e que tem um número significativo de casamentos (101), para verificar-se se mantinham os mesmos indicadores, a Segunda-feira reafirmou-se como o dia predilecto para os casamentos com 43%, deixando o Domingo de ser marcadamente a escolha

⁹³ RODRIGUES, T. F. – História da População Portuguesa, p. 210.

seguinte, pois apresenta o mesmo número de matrimónios do que terça e quarta, 14. Quatro residentes no Sobral casaram numa Sexta-feira, algo que nenhum natural de Soure tinha feito.

Ao nos afastarmos da sede do concelho, observamos que os casamentos se concentram ao Domingo e Segunda-feira, Bonitos uma das localidades mais distantes da sede concelhia concentra nesses dois dias 77% dos casamentos, a elevada percentagem é reflexo do aliar a vinda à feira com o casamento, existe um evidente esforço para que o enlace não ponha o trabalho em causa, já que a distância de cerca de uma dezena de quilómetros implicava um dia todo de deslocação.

Como foi referido existe uma conjugação de factores que influenciam a data de casamento, mas esta atinge a sua optimização quando o mesmo dia é escolhido para o casamento simultâneo de dois irmãos.

A simultaneidade de casamentos de irmãos, não sendo uma cerimónia comum, foi detectada dezasseis vezes durante o período em estudo, é um fenómeno que traduz negociações e opções como poucos, nomeadamente porque os casamentos tem características diversas, desde logo porque os laços que unem os quatro nubentes são diferentes⁹⁵. Estão registados vários casamentos de irmãos com pessoas sem laços entre si, mas a maioria deste tipo de enlaces são de um par de irmãos com outro par de irmãos.

2.2.3.9 ORIGEM DOS NUBENTES

Neste ponto será efectuada uma análise à proveniência dos noivos exteriores à comunidade com o intuito de verificar até onde se estende o horizonte amoroso dos sourenses. Sabendo que o horizonte visual abrange praticamente todo o conhecimento que um individuo tem da sua própria região será interessante pesquisar que distância separa os noivos que distância percorre um noivo ou uma noiva para se casar e se existe ou não um elevado número de casamentos com as terras vizinhas.

⁹⁴ Esta análise só foi efectuada aos 175 casamentos em que pelo menos um dos noivos era natural de Soure.

⁹⁵ São vários os exemplos, em Cascão no dia 15-11-1728 casam dois irmãos com duas irmãs, dois filhos de Francisco Antunes, casam com duas filhas de Bento Rodrigues, António de 25 anos e Francisco de 22 casam com Maria de 30 e Francisca de 23 respectivamente. Em Simões no dia 11-11-1686, Diogo Domingues casa um casal de filhos com um casal de filhos de Mateus Dias dos Casais da Misericórdia. Em Paleão no dia 7-02-1700 dois filhos de Manuel Gomes de Oliveira casam com duas mulheres sem laços entre si.

A destacar em primeiro lugar é a dispersão da origem dos noivos que casam em determinada localidade, por exemplo, os trinta e seis homens que casam em Paleão são oriundos de vinte e cinco localidades diferentes, destas só nove se repetem como origem do noivo e só duas têm três conterrâneos a casar em Paleão. A origem dispersa das mulheres que casam com naturais de Paleão também é uma realidade, as quarenta e quatro mulheres que o fazem são oriundas de vinte e quatro diferentes localidades. A maioria dos homens encontra casamento a menos de quatro quilómetros de distância, 60%, situado praticamente no centro da paróquia, Paleão só tem 12% dos seus naturais a encontrar casamento no norte da paróquia, fora das fronteiras paroquiais só 9% encontram casamento⁹⁶, em clara discordância com os 52% de extra-paroquianos que casam com mulheres de Paleão.

Em Alencarce de Cima, nove mulheres casaram com oriundos de oito terras diferentes, enquanto o mesmo número de homens encontrou casamento em três terras diferentes, mas muito próximas, só um ultrapassando os dois quilómetros para se casar. Em Sobral a realidade volta a ser a mesma no que concerne à distância a que os homens vão casar e à dispersão de destinos e origens dos que casam com naturais do Sobral.

Com a diminuição do tamanho das localidades, diminui também a possibilidade de se encontrarem noivos, mesmo de ambos os sexos, com a mesma origem ou a casarem no mesmo destino; Casal da Lagem, 12 casamentos com nubentes de 12 localidades diferentes, Mogadouro, 14 casamentos com nubentes de 14 diferentes localidades, Casal das Brancas, 10 casamentos com nubentes de 10 localidades diferentes. Contrariando esta tendência maioritária, Casalinhos que vê nove naturais casarem em apenas três terras, a sua maioria (5) em apenas uma terra, a aldeia vizinha de Vale da Borra.

Ao analisarmos os casamentos ocorridos na paróquia de Soure, de 1685 a 1735, verificamos em primeiro lugar a pouca mobilidade dos noivos, em segundo lugar a dispersão das suas origens e em terceiro lugar o carácter fortemente endogénico da comunidade sourense.

A pouca mobilidade dos noivos tem a ver com a pouca mobilidade geral da população que não tendo grandes horizontes geográficos, também não poderia ter grandes horizontes amorosos, o seu pequeno mundo não ia muito além da sede da paróquia, onde se baptizava e casava mas principalmente onde se feirava, é bem visível

⁹⁶ A quantificação só é obtida através daqueles que casaram fora da paróquia e voltaram, dos que ficaram a residir na terra da mulher não temos registos.

que a maioria dos casamentos se celebra ou nas aldeias vizinhas ou no espaço que vai até à sede da paróquia, raramente esse limite é ultrapassado, são raros os casamentos de naturais do norte da paróquia, com naturais do sul e o mesmo é verdade para os do oeste em relação aos do este e vice-versa.

A dispersão das origens dos noivos foi um dos resultados mais curiosos desta investigação, logicamente que se esperava encontrar um número maioritário de casamentos entre aldeias vizinhas, mas um povoamento recheado de casais e de pequenas localidades proporcionou uma grande dispersão nas origens e nos destinos dos nubentes. Este padrão tem a vantagem de evitar problemas de consanguinidade, localidades com pouca população têm uma grande percentagem de laços de parentesco entre si, se recebessem um grande fluxo de nubentes de localidades com as mesmas características, rapidamente se começariam a colocar problemas de consanguinidade.

O carácter fortemente endógeno da sociedade sourense é a conclusão a que se chega quando verifica que nos 761 casamentos analisados apenas 9,6% dos nubentes, 147, são oriundos do exterior dos limites da paróquia de Soure, observando-se que as zonas mais afastadas da vila são menos permeáveis a forasteiros, com excepção de Paleão e Casa Velha.

3. MISERICÓRDIA DE SOURE

3.1 NOTA INTRODUTÓRIA

Após uma primeira parte em que a investigação esteve preferencialmente direccionada para o geral da população da paróquia de Soure, vamos neste terceiro ponto focalizarmo-nos nas pessoas, principalmente aquelas que deixaram uma pegada social relevante.

Na posse de ferramentas e de processos informáticos utilizados no estudo da micro-história, seria de todo o interesse direccioná-los para identificar a elite local sourense, identificar também a sua actividade social e relacionar alguma dessa actividade com a Misericórdia de Soure, para se comprovar, ou não, a existência de redes sociais que disputassem o seu colégio eleitoral.

A presente investigação pretende, com uma abordagem pouco usual, identificar aqueles que pertencem ao conceito de elite local, reconstruir redes de relações inter-pessoais, inferindo relações inter-familiares, tentando encontrar variáveis significativas que permitam distinguir padrões comportamentais. Em suma, saber quem é quem na comunidade, valorando os intérpretes consoante o número de ocorrências em que participam e o papel que nelas representam, quantas vezes testemunharam casamentos, quantas vezes apadrinharam, quem apadrinharam e quem apadrinhou os seus filhos.

As listas de eleitos para a Mesa da Misericórdia de Soure publicadas por Joaquim Ramos de Carvalho em “*A História da Misericórdia de Soure*”, em 2006, serão analisadas no intuito de pesquisar na base de dados os nomes constantes nas listas. Equacionou-se na primeira fase alargar o estudo a todos os Irmãos, mas dada a dimensão da pesquisa seria impossível fazer um estudo tão alargado no âmbito desta tese, assim como se teve a necessidade de balizar temporalmente, reduzindo o período em análise o que nem sempre é limitador dos resultados obtidos.

Os estudos balizados por períodos longos, tornam imperceptíveis pormenores que o deixam de ser, se o período do estudo se encurtar, pormenores como aqueles que regem um quotidiano de sobrevivência, não se diluem no tempo, não escapando a particularidade no meio da generalidade. A visão de um longo período de tempo pode, segundo Steven Kaplan “*gerar uma abstracta, homogeneizada história social, desprovida de carne e de sangue, e não convincente apesar do seu estatuto científico*”.

Esta investigação, mesmo com algumas restrições metodológicas e temporais, pretende analisar todos os provedores, escrivães, mordomos e restantes mesários da Santa Casa da Misericórdia de Soure, de 1700 a 1735, os protagonistas sociais que marcaram a localidade.

3.2 AS MISERICÓRDIAS

A fundação das Misericórdias ocorre no reinado de D. Manuel I (1495-1521), mas será durante um seu período de ausência em Castela que a rainha-viúva D. Leonor regente do Reino, formaliza a constituição da Misericórdia de Lisboa em 1498.

Nestes alvares da modernidade o que era importante era a salvação da alma, o homem é salvo pelas boas obras nascidas da fé, existe uma estreita relação entre a ideia de salvação e a acção que se pretende da Misericórdia, “*considerando nós que como as obras de Misericórdia nos são por Nosso Senhor encomendadas mais que outras algumas e como no dia do Juízo somente o cumprimento delas nos há de ser perguntado e que ele diz que aquelas obras exercitarem se acharão perante ele*”⁹⁷.

Como marco indelével fica assim a criação da primeira Misericórdia em Lisboa, a 15 de Agosto de 1498, dia da Assunção de Maria, padroeira de Portugal, nascendo uma nova confraria, a Irmandade de Invocação a Nossa Senhora da Misericórdia, com sede na Sé de Lisboa, na capela situada nos claustros que por ter chão em terra se designava por Capela da Terra Solta⁹⁸.

A importância de D. Leonor no processo assistencial é um facto, como também o é o papel do monarca D. Manuel I que promove a criação pelo país de organizações idênticas à Misericórdia de Lisboa, existe pela parte da Coroa uma reforma das instituições e do processo assistencial que advém de uma matriz espiritual construída à luz dos ensinamentos de Cristo⁹⁹, com a humildade e a pobreza servindo de pedras angulares na sua construção e ao serviço dos pobres, incluindo a pobreza envergonhada, dos presos e doentes. Aos pobres assistia com esmolas e alimentos, responsabilizava-se

⁹⁷ CARVALHO, Joaquim Ramos de – A História da Santa Casa da Misericórdia de Soure, p. 26

⁹⁸ Foi transferida em 1534 para um edifício próprio na Ribeira composto de igreja, recolhimento de órfãos, várias enfermarias, cartório, casa de despacho e instalações para a Irmandade.

⁹⁹ O catecismo cristão tem por catorze as obras de misericórdia, sete corporais e sete espirituais. As obras de misericórdia corporais são: dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; vestir os nus; dar pousada aos peregrinos; assistir aos enfermos; visitar os presos e enterrar os mortos. As obras de misericórdia espirituais são: dar bom conselho; ensinar os ignorantes; corrigir os que erram; consolar os aflitos; perdoar as injúrias; sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo e rogar a Deus por vivos e defuntos (principalmente pelos que estão no Purgatório).

pelos presos pobres¹⁰⁰ e fornecia acompanhamento e medicação aos doentes pobres. A estas prioridades iniciais depressa se juntaram outras como a protecção dos expostos e o acompanhamento dos órfãos.

Uma das características emblemáticas das Misericórdias foi a de absorverem essa matriz espiritual cristã sem serem instituições religiosas, juridicamente estavam sob protecção régia e só ao monarca respondiam, salvo os objectos de culto e as suas próprias igrejas.

A rápida implantação em praticamente todo o território vai ao encontro dos desejos de D. Manuel I e dos monarcas seguintes, não só pelo seu firme patrocínio mas porque também vai ao encontro dos anseios e necessidades da população. No fim do reinado de D. Manuel I existiam 77 misericórdias, passando no reinado seguinte, o de D. João III, para 127.

Se por um lado, as Misericórdias se vão implantando com relativa facilidade no território nacional, por outro lado, não é estranho a essa facilidade, o aumento gradual das suas responsabilidades e competências no plano assistencial. Refira-se a título de exemplo a anexação dos hospitais que não só implica o alargamento da esfera de acção, como também o alargamento do seu financiamento, nomeadamente ao incorporarem os legados pios incumpridos.

Compreender a natureza do legado pio é compreender os medos da sociedade do Antigo Regime, onde a salvação da alma é fundamental. Com o intuito de salvar a alma, a própria ou de outros parentes, eram lavradas em testamento disposições que afectavam bens a acções, ou seja por exemplo, assegurava-se o pagamento de um determinado número de missas anuais com o rendimento proporcionado por determinados bens. O objectivo final é, como se disse, a salvação da alma, principalmente se esta se encontrar no Purgatório, pois sendo um estágio intermédio na caminhada para o Paraíso, de duração variável, intercedia-se com missas por misericórdia divina pela sua rápida travessia.

Vejamos um exemplo de um legado pio, de D^a Isabel da Silva de Soure, em 1612, cujo testamento será a mola impulsadora do financiamento da Misericórdia local, *“declarou e mandou a dita testadora que o seu primeiro herdeiro, e testamenteiro será obrigado e assim todos os que lhe sucederem, a lhe mandarem dizer as missas seguintes; por sua alma em cada um ano são as festas de Nosso Senhor, e de Nossa*

¹⁰⁰ Os detidos tinham que custear a sua própria detenção, pagando a comida e a carceragem.

Senhora e de todos os Apóstolos, e dia de S. João Baptista, e de São Miguel, e de São Francisco, em cada dia de todos os Santos ou de todos os finados lhe dirão em lugar da rezada uma cantada; e assim lhe dirão mais nas cinco sextas-feiras da quaresma uma missa em cada uma sexta-feira das chagas de Cristo Nosso Redentor, as quais missas lhe dirão em qualquer que quiser quem as mande dizer, e a obrigação destas missas disse ela testadora que hipotecava, e obrigava toda a fazenda que se achar que lhes pertence à hora de seu falecimento, pagas primeiro todas as dívidas, não entrando aqui os móveis.

E quer ela testadora que a dita fazenda se não possa vender, trocar, nem escambar, sem o encargo das ditas missas que lhe serão ditas para sempre”¹⁰¹.

Um ponto fulcral para o êxito da implantação das Misericórdias foi o conseguido envolvimento com as elites locais, a importância crescente daquelas instituições proporcionava uma visibilidade social inusitada num Portugal profundamente rural. Claro que na génese o plano assistencial é de dedicação ao outro, mas com o engrandecimento económico outro poder atractivo era exercido sobre essas elites, misturando o espiritual e o material em doses nem sempre moralmente estáveis, mesmo que se tente obstar a tal com a indicação de que o irmão “*seja abastado de fazenda de maneira, que possa acudir ao serviço da Irmandade, sem cair em necessidade, & sem suspeita de se aproveitar do que correr por suas mãos*”¹⁰².

Cada Misericórdia tinha os seus próprios estatutos, Compromisso, mas obedeciam às linhas mestras da Misericórdia de Lisboa e teriam que ser aprovados pelo poder régio. Com uma composição de dois tipos de Irmãos, de 1ª e 2ª condição, em proporções iguais representando na prática, um equilíbrio entre nobres e mecânicos. Os de 1ª condição, ou de maior condição são nobres, eclesiásticos e magistrados, os de 2ª condição, ou de menor tradição são o Terceiro Estado (mercadores, lavradores, mestres de ofícios), “*esta estrutura binária só desapareceu gradualmente, ao longo da segunda metade do século XIX, mas em algumas persistiu até 1974, como por exemplo em Coimbra*”¹⁰³.

São estes Irmãos e como se relacionavam entre si o objecto principal deste estudo, assim sendo, dar-se-á agora um enfoque especial à organização interna, como estava estruturada e como adquiria essa estrutura.

¹⁰¹ CARVALHO, cit. 97, p.29.

¹⁰² SANTA CASA DA MISERICORDIA. Lisboa - Compromisso da Misericórdia de Lisboa, p.1.

¹⁰³ LOPES, M. A. – Protecção Social em Portugal na Idade Moderna, pp.49-50

O acesso às Misericórdias era facultado a todos os que o quisessem, com o passar do tempo, este acesso, não só se restringiu como foi alvo de um processo de elitismo, “depois de 1577 o novo Compromisso de Lisboa impôs *numerus clausus de Irmãos, que seriam obrigatoriamente do sexo masculino, maiores de 25 anos, sem sangue judeu, não assalariados, alfabetizados e com tempo livre*”¹⁰⁴, estes filtros à entrada dos Irmãos vão trazer problemas e provocar alguma permissividade em localidades mais pequenas que não tinham um conjunto de habitantes que correspondesse a todos os requisitos pretendidos.

Não só o processo assistencial está contemplado nas tarefas dos Irmãos que têm várias outras obrigações, “ *a Principal obrigação dos Irmãos está em acudiré quando são chamados, ou com a insígnia, ou por particular recado do Provedor, & mesa, aceitando as occupaões que lhe forem dadas, com toda a charidade, & humildade Christã por serviço de Deus, & da Virgem nossa Senhora sua mãy.*

Alem desta primeira, & principal obrigação, serão também obrigados os Irmãos a se acharem nesta casa da Misericordia cinco veses no anno de necessidade sem poderem usar de algum género de dispensação estando na terra. A primeira será dia da Visitação de nossa Senhora à tarde, para escolherem os elleitores. A segunda será dia de S. Lourenço à tarde para ellegerem os Definidores, que hão de aconselhar a mesa nos negócios de importância da Irmandade. A terceira será dia de todos os Santos à tarde, para acompanharem a procissão, com que vão buscar as ossadas dos que padecerão por justiça. A quarta será por dia de S. Martinho pella menhaã ao saimento que se faz por todos os Irmãos defunctos. A quinta será quinta feira de Endoenças à tarde pêra acompanharem a procissão dos penitentes, que aquelle dia se faz em memória da Paixão de Christo Redemptor nosso, & visitarem o santo Sepulchro em algumas Igrejas que ficarem em commodidade”¹⁰⁵.

O processo para a eleição da mesa da Misericórdia, como se viu, começa no dia da Visitação¹⁰⁶, dia 2 de Julho, com a reunião de todos os Irmãos perante o Provedor e os restantes doze eleitos que cessavam as respectivas funções, após a leitura do Compromisso no que respeita ao processo de eleição, cada irmão votava em dez pessoas (cinco de 1ª condição e cinco de 2ª condição), os dez Irmãos mais votados formarão o colégio eleitoral que procederá à eleição do Provedor, Escrivão, Mordomo e dez

¹⁰⁴ LOPES, cit. 103, p.50.

¹⁰⁵ SANTA CASA DA MISERICORDIA, cit. 102, p. 3.

¹⁰⁶ Celebra a visita da Virgem Maria a sua prima Santa Isabel, actualmente no dia 31 de Maio, antigamente no dia 2 de Julho.

Mesários (cinco de 1ª condição e cinco de 2ª condição). Ficava assim escolhido o elenco administrativo para um ano, mas que frequentemente ultrapassava esse período.

Como foi referido, as Misericórdia foram nascendo à imagem e semelhança da inicial de Lisboa, logo não nos vamos alongar muito acerca da de Soure, seria repetir propósitos e acções comuns a todas as outras.

Criada logo no início da implantação, desconhece-se a data, Costa Goodolphim refere 1520 como a data da fundação da Santa Casa de Soure mas sem indicar qual a fonte que lha permitiu chegar a essa data. A União das Misericórdias Portuguesas lançou uma obra em 2000 que indica 1601 como data de fundação, mas “*num recente estudo, Antónia Lopes, da Universidade de Coimbra, demonstrou a existência de inúmeros exemplos de datas de fundação incorrectas nessa obra, incluindo alguns casos em que a data de fundação seria anterior à da própria Misericórdia de Lisboa*”¹⁰⁷.

O arquivo da Misericórdia de Soure possui livros de receita e de despesa a partir de 1657, o Compromisso de 1684 refere-se a um anterior, alguns testamentos¹⁰⁸ fazem recuar até ao início do século XVII, sem, obviamente, descartar por completo a verosímil hipótese de a sua fundação ser quinhentista.

3.3 MISERICÓRDIA DE SOURE: OS PROTAGONISTAS

No período em análise nesta investigação, de 1700 a 1735, realizaram-se catorze eleições para a mesa da Misericórdia de Soure, das quais resultaram a eleição de onze Provedores, dez Escrivães, nove Mordomos, dezanove Mesários de 1ª Condição e trinta e quatro Mesários de 2ª condição¹⁰⁹.

¹⁰⁷ CARVALHO, cit. 97, p.14.

¹⁰⁸ Testamento de Rodrigo de Parada e de sua mulher Isabel Monteiro de 1606, testamento de Dª Isabel da Silva de 1612.

¹⁰⁹ Os números de pessoa por cargo diferem do número de eleições derivado a alguns dos nomes terem sido eleitos para mais do que um mandato.

ELEIÇÃO	PROVEDOR
1699	António de Meneses
1700/08	Manuel Soares Coelho
1709	João da Costa de Vasconcelos
1710	Nuno Alvares Pereira
1712	Sebastião Machado da Costa
1714	Manuel Pessoa Leitão
1716	Luís Soares Coelho
1715	João da Costa de Vasconcelos
1718	Rodrigo Homem de Quadros
1719	Rodrigo Homem de Quadros
1721	Luís Manhos de Abreu
1723	Jacinto da Costa de Vasconcelos
1725	Jacinto da Costa de Vasconcelos
1727	João de Sequeira Coelho
1729	Manuel Soares Coelho
1733/35	Bernardo de Távora e Sande

Tabela 5 - Provedores entre 1700-1735

Aparece na tabela a eleição de 1699 porque essa mesa foi toda reconduzida em 1700, excepto o provedor António de Menezes que por se encontrar a residir em Lisboa, foi substituído pelo então escrivão Manuel Soares Coelho.

Os provedores são o exemplo do envolvimento das elites locais na administração das Misericórdias, mas um primeiro olhar pela tabela realça o facto de muitos dos apelidos das famílias nobres que o padre António Costa refere, Gramachos, Ataídes, Melos e Botelhos, não se encontrarem presentes entre os provedores¹¹⁰.

A elite que persiste em Soure vai ocupando as posições de destaque social que o poder central, religioso e militar concede às diversas localidades. Verifica-se a ausência do “*Dom*”¹¹¹ e aparece o de “*Doutor*” como título na identificação do indivíduo, o que indicia a preocupação das famílias em enviar para Coimbra alguns dos seus membros masculinos.

¹¹⁰ Nobres cada vez mais a deslocarem-se da localidade de onde são naturais para os centros urbanos, como António de Meneses, eleito em 1699, substituído em 1700 por se encontrar a residir em Lisboa, é o último provedor a ser tratado por Dom.

Na tabela 5 constata-se que as famílias residentes mais importantes de Soure conseguem chegar à provedoria da Santa Casa: Homem de Quadros, Soares Coelho, Sequeira Coelho, Costa de Vasconcelos e Manhos de Abreu¹¹². Estas famílias vão passando pelo cargo sistematicamente, seja pela via directa, de pais para filhos, seja pela via do casamento.

Vejamos um exemplo de interligação familiar, Luís Manhos de Abreu, provedor em 1721¹¹³, é cunhado de Luís Coelho Reis (provedor em 1692), cujo filho, João de Sequeira Coelho irá ser provedor em 1728. João de Sequeira Coelho que é casado com a irmã do padre Manuel Pessoa Leitão, provedor em 1714.

Esta pequena rede familiar demonstra a sua grande influência se cruzarmos os eleitores com os eleitos, Luís Manhos de Abreu é eleito as primeiras duas vezes quando o seu cunhado é eleitor, voltando a ser eleito quando o filho do cunhado e futuro provedor é eleitor. Por sua vez, João de Sequeira Coelho é eleito quando o seu cunhado, Manuel Pessoa Leitão é eleitor.

No caso da passagem de pai para filho, temos o caso de João da Costa de Vasconcelos, provedor em 1709 e 1715 que pouco tempo depois consegue que o seu filho seja eleito provedor, Jacinto da Costa de Vasconcelos, 1723 e 1726, nas eleições o pai foi sempre eleitor, de referir ainda que João da Costa de Vasconcelos era casado com Filipa Coutinho, filha do provedor de 1710, Manuel Alvares Pereira.

A família que mais tempo controlou os destinos da Misericórdia neste período foi a Soares Coelho que só através de três representantes teve o cargo de provedor durante quinze anos.

Começando com Sebastião Soares Coelho em 1693 e 1694, “delega” no seu filho Manuel Soares Coelho, provedor em 1697, 1698, de 1700 a 1709 e de 1730 a 1733. Sebastião Machado Soares, irmão de Manuel, foi eleito em 1712, outro irmão, o padre Luís Soares Coelho foi eleito escrivão em 1715 e provedor em 1716, o mesmo cargo de escrivão para que o filho de Manuel, Plácido Soares Coelho foi eleito em 1730, único momento em que há dois Soares Coelho eleitos para a mesma administração.

As famílias referenciadas raramente se encontram em outros lugares da Mesa, dada a sua importância só são eleitos para provedores ou escrivães, os Costa de Vasconcelos aparecem unicamente como provedores, os Soares Coelho elege

¹¹¹ Os apelidos nobres baptizam em Soure fazem-no preferencialmente recorrendo a um procurador.

¹¹² Dos trinta e cinco anos em análise, estas famílias estiveram como provedores vinte e cinco anos.

¹¹³ Eleito também em 1694 e 1695.

preferencialmente provedores e escrivães, sendo apenas quatro vezes eleitos como mesários de 1ª condição¹¹⁴ e de todas as vezes representados por pessoas diferentes.

A visibilidade social de um indivíduo pode ser aferida através dos actos onde marcou presença e do papel neles representados, na tabela 6 encontramos todos os baptizados onde o padrinho em algum período da sua vida foi provedor, encontramos segundo o mesmo raciocínio, todos os casamentos em que foi testemunha, como complementaridade a tabela também proporciona vislumbrar a actividade social de cada provedor, no intervalo temporal em que desempenhou essa função.

APADRINHOU	PROVEDOR	TESTEMUNHOU	NO MANDATO
8	António de Meneses	5	-
16	Manuel Soares Coelho	6	12
18	João da C. de Vasconcelos	1	1
4	Nuno Alvares Pereira	1	3
28	Sebastião M. da Costa	16	4
25	Manuel Pessoa Leitão	5	0
9	Luís Soares Coelho	2	0
39	Rodrigo Homem de Quadros	2	5
50	Luís Manhos de Abreu	18	1
13	Jacinto da C. Vasconcelos	2	5
14	João de Sequeira Coelho	7	2
-	Bernardo de Távora e Sande	-	-

Tabela 6 - Provedores: Padrinhos e Testemunhas

Como se pode rapidamente constatar, o número de afilhados é extremamente elevado, só Nuno Alvares Pereira destoa neste quadro, a que certamente não será alheio o facto de não ser natural de Soure, mas sim de Vila Nova de Anços. O mesmo acontece com o último provedor analisado, Bernardo de Távora e Sande, eleito em 1734 que por ser de Ega não aparece referido em nenhum acto até 1735.

¹¹⁴ João da Costa Machado (1714), Luís Soares Coelho (1718), Sebastião Machado da Costa (1723) e Plácido Soares Coelho (1734).

A rede de relações criada através do acto de apadrinhamento é enorme, não se pode perder de vista que o baptizado promove um reequacionar do estatuto social conforme o tipo de padrinho que se consegue atrair, só se quer para tal papel um igual ou superior.

Uma análise mais cuidada à rede criada com as famílias dos afilhados não se podendo perder de vista, por um lado, os baptizados em que só a mulher do provedor é madrinha, por outro lado, aqueles em que os padinhos são os seus filhos. Existe um padrão que é transversal a todos os provedores que têm filhos, estes começam a apadrinhar muito cedo, apadrinham alguns ilegítimos¹¹⁵ e sempre com um irmão de 1ª condição.

Cada família de um provedor tem características particulares de apadrinhamento, se é verdade que quase todas se interligam a outra de menor condição através de múltiplos baptizados¹¹⁶, também é verdade que outros provedores preferem baptizar acompanhados por um familiar¹¹⁷, outros como Jacinto da Costa de Vasconcelos, têm um particular interesse, dos treze afilhados, sete são Jacintos e duas, são Jacintas.

Como se disse, ser padrinho é extremamente importante num contexto de valorização social, o que se verifica no caso dos provedores é que eles não necessitam de ser padinhos para se imporem na sociedade local¹¹⁸, a sua importância está directamente relacionada com a da sua família, ao provedor cabe manter e ampliar essa importância. Mais importante ainda, nota-se que há até um certo pejo na actividade social enquanto se é procurador, os padres Manuel Pessoa Leitão e Luís Soares Coelho não participam em nenhum acto, muitos outros desaceleram a sua actividade social, como Luís Manhos de Abreu e João da Costa de Vasconcelos que só participam num acto, ou João de Sequeira Coelho referenciado em apenas dois actos. De sinal marcadamente contrário só Manuel Soares Coelho com a sua presença em doze actos,

¹¹⁵ João, filho do provedor Sebastião Machado da Costa é padrinho de Maria, neta de João Rodrigues Álvaro (mesário de 2ª condição).

¹¹⁶ Manuel Soares Coelho é testemunha no casamento de Manuel Gonçalves em 1703, filho de Manuel Gonçalves Vargas (mesário de 2ª condição), em 1706 é padrinho da neta de Vargas, em 1707, 1715 e 1718, a sua mulher é madrinha de três netos de Vargas. O provedor Luís Manhos de Abreu é padrinho de dois filhos de Luís Dias (mesário de 2ª condição) e a filha Mariana madrinha de um. O provedor Dom António de Meneses é padrinho de quatro filhos do doutor Manuel Marques de Oliveira (mesário de 1ª condição).

¹¹⁷ Rodrigo Homem de Quadros apadrinha três vezes com a irmã, sete vezes com a mãe e doze vezes com a prima. Luís Manhos de Abreu está presente em quinze baptizados como padrinho e nos quais a madrinha é a sua filha Mariana.

¹¹⁸ Sebastião Machado da Costa e Luis Manhos de Abreu são um bom exemplo, o primeiro foi padrinho vinte e quatro vezes antes de ser provedor e somente quatro após, o segundo foi quarenta e cinco antes e apenas cinco após ser provedor.

de um total de vinte e dois que temos registo, mas de referir que este provedor foi aquele que mais tempo esteve nessa posição, quinze anos, treze no período em análise.

A tabela 7 permite visualizar a origem dos padrinhos e madrinhas dos filhos dos provedores, temos assim que a maioria, 58% dos padrinhos são do exterior da comunidade sourense, como também é esmagadora a percentagem das madrinhas originárias de Soure, 88,5%.

Retira-se destes números que é notório o interesse em ter como padrinho alguém com um estatuto social que não é facilmente encontrável no seio da comunidade onde se insere, logo a procura vira-se para o exterior recaindo a escolha em pessoas que de alguma maneira estejam ligadas a Soure. A madrinha tem um papel menos relevante, mas mesmo assim e sendo conterrânea é quase sempre tratada por dona, a sua menor relevância é atestada pela diferença que existe entre o número de padrinhos e madrinhas, em alguns casos só existe padrinho.

PROVEDOR	FILHOS	PADRINHO		MADRINHA	
		EXTERIOR ¹¹⁹	SOURE ¹²⁰	EXTERIOR	SOURE
Manuel Soares Coelho	8	6	2	1	6
João da C. Vasconcelos	4	1	3	0	4
Sebastião M. da Costa	4	1	3	1	1
Luís Manhos de Abreu	4	3	1	0	4
Jacinto da C: Vasconcelos	5	3	2	1	2
João de Sequeira Coelho	6	4	2	0	6
PERCENTAGEM	-	58 %	42%	11.5%	88.5%

Tabela 7 - Padrinhos dos filhos dos Provedores¹²¹

O casal Manuel Soares Coelho e Micaela Luísa de Almeida, tiveram oito filhos, seis deles após Manuel ser eleito provedor a primeira vez em 1697. Para padrinho do seu filho Sebastião convida o Desembargador Lourenço Brandão, lente da Universidade de Coimbra, casado com Luísa Maria, irmã de Manuel Soares Coelho. Para o seu filho Jorge, em 1702, convidou para padrinhos os filhos de António de Meneses, o provedor

¹¹⁹ EXTERIOR significa que o padrinho/madrinha é de fora da paróquia de Soure.

¹²⁰ SOURE é indicativo que o padrinho/madrinha moram na paróquia de Soure.

¹²¹ Apenas seis provedores têm filhos baptizados em Soure, António de Meneses reside em Lisboa, Nuno Alvares Pereira é natural de Vila Nova de Anços, Bernardo de Távora e Sande é natural de Ega, Manuel Pessoa Leitão é padre e Rodrigo Homem de Quadros é solteiro.

que substituiu, residentes em Lisboa. Em 1708, convida outro lente de Coimbra, Geraldo Pereira Coutinho, natural de vila nova de Anços, para padrinho do seu filho João. Para o seu filho Francisco convida o Desembargador Francisco Nunes Cardeal, de Lisboa. A sua filha Caetana, em 1692 é apadrinhada pela sua tia Luísa e pelo padre António das Chagas.

O provedor Jacinto da Costa de Vasconcelos segue a mesma política de convites, entre os padrinhos dos seus filhos encontramos, o lente Geraldo Pereira Coutinho, o chantre Francisco Pereira Coutinho, posteriormente promotor do Santo Ofício e o cardeal João Mota.

Nos padrinhos dos filhos de Luís Manhos de Abreu (provedor em 1721) encontramos o Conde de Vila Maior Manuel Teles da Silva¹²² e o bispo de Coimbra António de Vasconcelos e Sousa.

João de Sequeira Coelho, provedor em 1728, escolhe preferencialmente os seus cunhados, Manuel Pessoa Leitão e Diogo Ramires Alemão residente em Leiria, para serem para serem padrinhos dos seus filhos, recorrendo uma vez ao já referido Francisco Pereira Coutinho, aquando do baptizado da sua filha Maria em 1722.

Quando a escolha recai dentro da comunidade residente em Soure, Sebastião Machado da Costa (provedor em 1712) escolhe para padrinho de três dos seus quatro filhos, o doutor Manuel de Távora. João da Costa de Vasconcelos (provedor em 1709 e 1715) escolhe os filhos do capitão – mor Paulo Ribeiro Cabral para apadrinharem três dos seus quatro filhos.

Encontramos a apadrinhar, vários desembargadores, um professor universitário, um reitor da universidade de Coimbra, um bispo de Coimbra, um cardeal, um conde, em suma, um conjunto de individualidades que ligaram o seu nome ao de algumas famílias de Soure, o que não quer dizer que estivessem realmente na localidade, pois a grande maioria destes apadrinhamentos são feitos por procuração.

As catorze eleições para a Mesa da Misericórdia, entre 1700 e 1735, tinham em disputa um total de setenta lugares para irmãos de 1ª condição, estes lugares foram ocupados rotativamente por vinte irmãos. Este reduzido número revela um pequeno universo de recrutáveis numa localidade com a dimensão de Soure, existiam mais

¹²² Possivelmente o reitor da Universidade de Coimbra Manuel da Silva Teles.

irmãos de 1ª condição activos, dos quais tomamos conhecimento enquanto eleitores mas nunca como eleitos¹²³.

IRMÃO DE 1ª COND.	FILHOS	PADRINHO		MADRINHA	
		EXTERIOR	Soure	EXTERIOR	Soure
Pedro de Eiró Matoso	8	5	3	2	4
Henrique Barbosa Canais	4	1	3	1	2
Plácido Soares Coelho	3		3		3
Alexandre Mendes Ravasco	11	1	9	2	8
José Barbosa Canais	3	1	1		2
Tomé Velho	9	4	4	4	4
António Manhos de Abreu	5	3	2	2	3
Dionísio Magalhães Pinto	6	1	4		5
Manuel Manhos de Abreu	1		1		1
Luís Barbosa Canais	5	2	3	1	2
PERCENTAGEM	-	35,3%	64,7%	26,1%	73,9%

Tabela 8 - Origem dos Padrinhos dos filhos dos Irmãos de 1ª condição¹²⁴

Constata-se nesta tabela 8 que existe um decréscimo significativo da origem externa dos padrinhos em comparação com a tabela 7, esse decréscimo seria muito mais acentuado se não fosse a contribuição de Pedro de Eiró Matoso e de Tomé Velho que à sua conta trazem do exterior metade dos padrinhos desta tabela 8. A percentagem de madrinhas externas à comunidade sourense mantém-se muito alta, na ordem dos 74%.

Um caso curioso é o de Alexandre Mendes Ravasco que dos onze padrinhos possíveis, só encontrámos um do exterior e mesmo assim religioso em Soure, frei Bernardo de Santo António, todos os outros apadrinhamentos foram efectuados pela elite local e sem privilégio de nenhuma família, mas incidindo mais os seus convites nos capitães de ordenanças de Soure¹²⁵. Aparecendo a mulher do capitão – mor Paulo Ribeiro Cabral, a mulher do capitão Vicente Colaço, o capitão Luís Manhos de Abreu, o

¹²³ Como por exemplo: capitão Vicente Colaço de Moraes, doutor António de Abreu, doutor António Marques de Oliveira e João Colaço de Moraes.

¹²⁴ A diferença entre a totalidade de irmãos de 1ª condição que foram mesários e aqueles que constam na tabela 4 acontece derivado a só nela constar aqueles que tiveram filhos. Manuel de Távora, Domingos Gonçalves Galhardo, Tomé de Brito e Bento Gomes não tiveram filhos, Manuel Pessoa Leitão, Luís Soares Coelho, Sebastião Ferreira e João da Costa Machado são padres e Manuel Pinto de Miranda é solteiro. Sebastião Machado da Costa e João Sequeira Coelho já foram analisados enquanto provedores.

provedor, também capitão, João da Costa de Vasconcelos e o médico Manuel Lopes de Oliveira. Talvez seja este comportamento que permite a Alexandre Mendes Ravasco ser eleito nove vezes para a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Soure, mantendo-se como mesário de 1ª condição durante vinte anos.

3.4 REDE SOCIAL

A existência duma rede social entre a elite local é muitas vezes dada como um dado adquirido, mas conseguir-se-á tornar visível através da nossa base de dados?

A tarefa seguinte será inferir através de actos sociais (baptismos e casamentos) relações interpessoais e inter-familiares que possam influenciar ou condicionar diversos colégios eleitorais da Misericórdia de Soure.

A investigação efectuada depara-se com um primeiro exemplo, não de uma grande rede social constituída como grupo de pressão, mas com um pequeno caso demonstrativo de que mais importante do que o tamanho da rede é a sua eficácia. O caso com que nos deparamos é o do doutor Dionísio de Magalhães Pinto, casado com Cipriana de Távora. Natural de Braga, reside em Soure começando a ser detectada a sua actividade em 1702, como padrinho num baptizado¹²⁶, foi eleito sete vezes para a mesa da Misericórdia entre 1709 e 1721.

Ao fazermos esta análise não queremos afirmar textualmente que Dionísio de Magalhães Pinto utilizou os seus conhecimentos e ligações para ser eleito, é óbvio que não temos provas, o que se constata é que aquando dos vários processos eleitorais havia algum tipo de relação entre Dionísio e outros irmãos eleitores, o que poderia ter condicionado a sua decisão no acto de eleição dos mesários.

Em 1708 é testemunha do casamento de Jerónimo Mendes, as outras duas testemunhas são Manuel Homem de Quadros e Mateus Mendes.

Em 1709 baptiza o seu filho José convidando para padrinho o doutor Domingos Gonçalves Galhardo, irmão de 1ª condição, este convite denota uma relação de grande proximidade, pois é padrinho único, sem madrinha, não sendo ainda Galhardo uma figura do primeiro plano social sourense irá paulatinamente afirmar-se como tal¹²⁷.

¹²⁵ Em Soure existem duas companhias de ordenanças.

¹²⁶ Em 19-02-1702 Dionísio de Magalhães Pinto é padrinho de Isabel, filha de Manuel Gomes Pinheiro (irmão de 2ª condição) e de Isabel da Gante, residentes em Soure.

¹²⁷ Domingos Gonçalves Galhardo será escrivão da Misericórdia em 1712, apadrinhará por vinte e seis vezes, dezoito após passar pelo referido cargo, do seu casamento com Isabel de São Miguel não terá nenhum filho.

Galhardo já tinha sido anteriormente convidado a apadrinhar em cinco ocasiões, mas após o apadrinhamento de José encontramos-lo em mais dezanove baptismos com os mesmos atributos e a sua mulher só é madrinha a primeira das sete vezes que o foi, após o referido baptismo de José.

A sua primeira eleição em 1709 ocorre quando ele próprio é eleitor e o anteriormente referido Mateus Mendes (irmão de 2ª condição) também, são os dois eleitos para a Mesa.

Em 1710 Dionísio aparece como testemunha em dois casamentos, outras três testemunhas são: Manuel Manhos de Abreu, Sebastião Gonçalves e Manuel Rodrigues Serrão. Neste mesmo ano é eleito para a Mesa, eram eleitores Manuel Manhos de Abreu, Manuel Rodrigues Serrão (irmão de 2ª condição) e Mateus Mendes, estes últimos dois são também eleitos.

Em 1711 baptiza a sua filha Luísa, o padrinho é Sebastião da Costa Machado que será o próximo provedor quando Dionísio é eleitor, nesta mesma eleição Domingos Gonçalves Galhardo será eleito escrivão, dois outros irmãos já conhecidos são também eleitores, Mateus Mendes e Manuel Rodrigues Serrão.

Em 1712 é testemunha em dois casamentos, o do filho de Sebastião Gonçalves e o do Manuel Manhos de Abreu, neste Manuel Rodrigues Serrão será também testemunha.

A sua ligação com Manuel Manhos de Abreu torna-se mais forte, em 1713, quando a sua mulher Cipriana de Távora é madrinha de Francisca, filha de Manuel Manhos de Abreu.

As últimas ligações estão reunidas na eleição seguinte, 1714, onde Dionísio volta a ser eleitor e eleito, estão também como eleitores: Manuel Manhos de Abreu (também eleito), Sebastião Gonçalves e Manuel Rodrigues Serrão.

Nas duas últimas eleições, 1715 e 1716, no colégio eleitoral estão os seus compadres, Domingos Gonçalves Galhardo e Manuel Manhos de Abreu, em 1715 também lá se pode encontrar Manuel Rodrigues Serrão.

As relações referidas entre os membros dos vários colégios eleitorais são aquelas que se verificam imediatamente por serem directas, o individuo A é padrinho do filho do individuo B, por exemplo, tornando-se ainda mais perceptíveis se analisarmos os seus descendentes e verificarmos que a rede se social continua, afirmando-se e expandindo-se. Um exemplo ilustrativo do que atrás se afirmou é a ligação de Dionísio de Magalhães com Domingos Gonçalves Galhardo, se virmos a construção da biografia

de Dionísio só os encontramos aos dois num acto em simultâneo¹²⁸, só quando se verifica que em metade das vezes que Dionísio é eleito, Domingos é eleitor que se desperta a curiosidade de tentar saber mais. O pior que pode acontecer é não encontrar nada, ao se encontrar algo, confirma a existência de uma relação que pode condicionar o voto.

Ao investigar os filhos de Dionísio de Magalhães verificamos que dois dos seus netos são apadrinhados por Domingos Gonçalves que também foi testemunha no casamento da sua filha Hermogina Teresa com Eduardo Nogueira, estes factos constroem definitivamente a imagem da relação que existe entre os dois, consolidando o pressuposto de possível favorecimento no colégio eleitoral para a Mesa da Santa Casa da Misericórdia nas várias vezes que dele fizeram parte.

A apetência por este tipo de cargos não remunerados esconde uma realidade que supera em muito a também apetecível visibilidade social, *“o exercício de determinado cargo local não vale só pelos rendimentos em contante que dele se auferem, quando se auferem, ou pelos privilégios e isenções que lhe estão associados, mas também pelo capital de serviços e “merecimentos” que criam, abrindo o acesso a compensações mais materiais. Esse capital simbólico, uma espécie de curriculum familiar e pessoal, tende a materializar-se em formas palpáveis como as quintas, a pertença à Misericórdia ou à Ordem Terceira. O valor do cargo tem assim de ser entendido no seu duplo aspecto material e imaterial”*¹²⁹.

Este duplo aspecto do valor do cargo é extremamente importante para compreender as motivações das elites locais para controlar as entidades que “distribuem” esses mesmos cargos. Compreendendo-se mais facilmente o propósito de uma elite mais enobrecida que por se encontrar em Lisboa ou Coimbra e em disputa por outro tipo de benefícios e privilégios inerentes a outros cargos, não concorre para a construção da rede social que a elite residencial promove.

Na tabela 9, podemos observar os Mesários de 2ª Condição. Optou-se por não apresentar uma tabela como as anteriores pois dado o elevado número de mesários tornava-se de leitura difícil.

¹²⁸ Em 1709 no baptizado de José, filho de Dionísio e do qual Domingos é padrinho.

¹²⁹ CARVALHO, cit. 97, p.48.

MESÁRIOS de 2ª CONDIÇÃO		
António Lourenço	José Marques Harpista	Manuel Gonçalves Vargas
José de Barros	Alberto Ferreira	José de Andrade
Manuel Alvares	Manuel Rodrigues Serrão	Manuel Carvalho
Mateus Mendes	João Rodrigues Álvaro	Manuel Rodrigues Descalço
Manuel Rodrigues Duqueso	Manuel de Brito	Manuel Monteiro
José Dias	José de Andrade	Manuel Gomes
António Lopes	Manuel Lopes	José de Moraes
José Velho	João Henriques	Manuel Jorge
Jorge Monteiro	Sebastião Martins	Manuel Simões Cabeça
André Gonçalves	José da Costa	Mateus Gonçalves
Luís da Silva	José Mendes	Manuel Martins Camouco
Jerónimo Mendes	Geraldo de Faria	

Tabela 9 - Mesários de 2ª Condição

Os dados obtidos oferecem um conjunto expectável de resultados, os indivíduos da tabela na sua totalidade tiveram 145 filhos, recorrendo apenas a 10 padrinhos e 11 madrinhas residentes no exterior da comunidade sourense. Estes mecânicos não tinham nem mobilidade nem recursos que lhes permitissem conhecimentos e relações além do seu curto horizonte geográfico.

CONDIÇÃO	PADRINHO		MADRINHA	
	EXTERIOR	SOURE	EXTERIOR	SOURE
Provedor	58 %	42%	11.5%	88.5%
1ª Condição	35,3%	64,7%	26,1%	73,9%
2ª Condição	5,3%	94,7%	7%	93%

Tabela 10 - Origem dos padrinhos

A tabela 10 que sintetiza a origem dos padrinhos é bastante elucidativa, a diferença de estatuto está bem patente na capacidade de atrair do exterior padrinhos para os seus filhos, o que no caso dos irmãos de 2ª condição é praticamente nula. Outro dado a reter é a elevada percentagem de madrinhas originárias de Soure que é transversal a todos os mesários e que demonstra uma nítida subvalorização em relação ao seu equivalente masculino.

Existe um facto que é de salientar, para aquele número de padrinhos e madrinhas que não residiam na paróquia de Soure contribuiu fortemente João Henriques Cavaco com 11 convites externos. Mas uma análise mais cuidada permite descodificar a relação entre o pai das crianças, o padrinho e a madrinha. Os dois homens são irmãos e a madrinha é a cunhada de João Henriques Cavaco, vivendo na vizinha Vila da Rainha. Este é um exemplo interessante a diversos níveis, depois de analisarmos vários indivíduos com o mesmo nome, João Henriques, obtemos um conjunto de actos em que esteve presente sem qualquer tipo de dúvida, João Henriques Cavaco. Mas deparamos com um problema, o João em análise é eleito como irmão de 2ª condição e em alguns actos ele ostenta um doutor como título, a impossibilidade de coabitação destas duas características no mesmo indivíduo leva a um aprofundamento da pesquisa que termina com revelações interessantes e exemplares. Um pequeno erro de leitura e na transcrição do acento do casamento que transformou José em João levou a que dois indivíduos ficassem com o mesmo nome tornando a construção das suas biografias, um conjunto de equívocos. Detectado e corrigido o erro obteve-se a biografia de várias pessoas, das quais se consegue inferir objectivos familiares não muito comuns neste início do século XVIII.

Gregório Mendes e Apolónia Rodrigues, tiveram três filhos, José, João e António. A Gregório não são afectados nem profissão nem título, não aparece em nenhum acto eleitoral desde 1684, como eleitor ou eleito, mas a eleição do seu filho João Henriques Cavaco em 1725, como mesário de 2ª condição indicia uma origem humilde, nunca apadrinhou nem nunca testemunhou em nenhum casamento, dedicando a sua vida a gerar recursos que permitiram enviar o filho José Henriques Cavaco para a universidade e tornar-se desembargador.

João Henriques Cavaco, nome a reter para pesquisas futuras, mesário de 2ª condição em 1725 e 1729, consegue para padrinhos dos seus filhos a elite oriunda de Soure moradora fora da localidade, o seu irmão desembargador José Henriques, Pedro Ataíde, Manuel de Távora e Henrique Francisco José da Costa Carvalho e Sousa Patalim, Conde de Soure¹³⁰.

Como aconteceu com os irmãos de condição superior, também os irmãos de 2ª condição parecem criar alianças para chegarem à Mesa da Misericórdia. Vejamos o exemplo de José Velho, barbeiro na vila de Soure desde o início do século XVIII, casa com Maria dos Ramos em 1698 e têm sete filhos. A sua sociabilidade é uma evidente

¹³⁰ Esta é a única referência ao Conde de Soure em cinquenta anos de base de dados.

espiral, começando com o passar do tempo a relacionar-se com pessoas cada vez mais importantes socialmente.

O seu primeiro compadre é, em 1695, Manuel Rodrigues Serrão (irmão de 2ª condição) que volta a repetir em 1701, três anos após, em 1704 a madrinha da sua filha Josefa é filha de Tomé Velho (irmão de 1ª condição), quando baptiza o seu sétimo e último filho, Manuel, o padrinho é o proprietário da quinta de São Tomé, Félix de Almeida do Amaral e a madrinha é Dona Bárbara.

Como testemunha de casamentos constata-se o mesmo padrão, a primeira vez que o faz é na companhia dos irmãos de 2ª condição, José Marques e Manuel de Brito, passando depois a testemunhar com irmãos de condição superior, como Dionísio de Magalhães Pinto, acabando por ser testemunha no casamento do futuro provedor Jacinto da Costa de Vasconcelos, em 1722, filho do antigo provedor João da Costa de Vasconcelos.

Tendo em observância o mencionado padrão não se torna estranho que só tardiamente chegue à Mesa da Misericórdia, em 1723, 1725 e 1727. Na primeira vez que é eleito, pertence ao colégio eleitoral que também tem na sua composição o seu compadre, Manuel Rodrigues Serrão e José Marques, os três são eleitos neste primeiro mandato também do provedor Jacinto Da Costa de Vasconcelos.

Na segunda eleição, no colégio eleitoral está o próprio José Velho, mantendo-se também José Marques e Manuel Rodrigues Serrão, a alteração mais sensível foi a entrada do provedor cessante, Jacinto da Costa de Vasconcelos, todos os quatro foram reeleitos.

Na terceira e última eleição, José Velho não é eleitor, José Marques continua a sê-lo assim como Manuel Rodrigues, entra um outro antigo conhecido, José de Barros, os quatro são eleitos.

Constata-se com a análise efectuada a evidente facilidade de se ser eleito quando se é simultaneamente eleitor, além de se verificar, como aconteceu com os irmãos de 1ª condição, o facto de não ser necessária uma grande rede de conhecimentos para assegurar a eleição.

CONCLUSÃO

A investigação que efectuámos foi direccionada para dois objectivos principais, um primeiro que passava essencialmente pela reconstituição da comunidade histórica da paróquia de Soure no período de 1685 a 1735 e um segundo que reconstituía a história de vida de alguns dos membros dessa mesma comunidade. Cumpridos agora os objectivos, passamos a relatar o que de mais relevante foi encontrado durante a presente pesquisa que dada a sua característica multifacetada não encerra uma só conclusão, mas um conjunto significativo de conclusões.

A paróquia de Soure nos finais do século XVII e princípios do século XVIII tinha os limites geográficos que tem praticamente a actual freguesia de Soure, ao analisarmos esse espaço verificámos a importância dos rios Anços e Arunca na estruturação desse mesmo espaço que ao produzirem duas férteis planícies aluviais que atraíram e fixaram populações. A sua fixação deu-se de forma dispersa numa multiplicidade de *casais* que como satélites rodeavam as grandes quintas e que produziram uma paisagem urbana ainda hoje bem presente.

Após a análise ao espaço, verificámos a dinâmica populacional de Soure e concluímos que com excepção de três anos (1685, 1723 e 1731) houve sempre um saldo fisiológico positivo, de 21 habitantes em média por ano, o que contraria o todo nacional que de início de setecentos a 1732 perde 5% da sua população. O comportamento demográfico é, extremamente, dispare nas várias regiões administrativas e o que podemos concluir é que mesmo no interior de cada região essa disparidade também se pode encontrar, pois se a Estremadura teve um declínio populacional de 2,8%, Soure teve um forte aumento demográfico a rondar os 30%. Para alcançar esta percentagem fizemos uma análise exaustiva a todos os óbitos e baptismos que simultaneamente nos foram fornecendo informação que permitiu outras abordagens, nomeadamente a sazonalidade dos mesmos. No que concerne à mortalidade, constatámos que existia uma mortandade elevada em dois períodos do ano, em Agosto e em todo o Inverno, em Novembro havia mais 51% de óbitos que em Setembro, indo ao encontro daquilo que se percepcionava, as duras condições climatéricas a demonstrarem as precárias condições de vida de uma população mal alimentada, mal agasalhada e com má habitação. Verificámos também que a causa de morte tinha uma importante vertente infecto-contagiosa, inferindo esta realidade do elevado número de óbitos no mesmo agregado familiar num curto espaço de tempo.

A sazonalidade dos baptismos confirma o afirmado anteriormente, os períodos com mais baptizados, Primavera e Outono, são os mais amenos, logo garantindo maior viabilidade às crianças neles nascidos. Esta sazonalidade permite-nos concluir a existência de uma planificação empírica para que os partos se dêem na Primavera, o que se torna mais evidente se tivermos em conta que os meses com maior número de casamentos, Outubro e Novembro não resultam em grande número de fecundações, não só porque as crianças delas resultantes iriam nascer em pleno calor estival, mas também porque a gravidez não se coaduna com o exigente trabalho agrícola de Verão, este sim, o período onde maior número de fecundações acontece.

A percentagem de filhos ilegítimos é outro dado que se consegue retirar dos assentos de baptismo, uma taxa que é alta no Norte de Portugal, Minho tem 11%, mas que vai descendo conforme nos dirigimos para Sul, em Soure a taxa é de 4,3 ilegítimos por cada 100 baptismos, foi com algum espanto que vimos essa taxa disparar para cima dos 10%, mais do dobro, nos anos de 1726 a 1730, numa primeira análise pensámos estar perante um maior laxismo das autoridades eclesiásticas, mas uma contextualização mais atenta permitiu-nos concluir que há outro factor que potencia essa situação, senão vejamos, em localidades de pequena dimensão, como é o caso concreto da paróquia de Soure, onde as famílias se vão cruzando pelo casamento através dos tempos, é normal que uma grande percentagem da população esteja ligada por laços de parentesco, como a pretensão de casar com parentes até ao quarto grau de consanguinidade necessitava de aprovação papal, o processo podia-se arrastar por algum tempo, no caso das relações de Portugal com o Vaticano estarem suspensas então o casamento era impossível. Constatámos então que o período com mais filhos ilegítimos é igualmente um período em que existe um corte de relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal, de 1728 a 1731. A ilegitimidade encontrada não era na sua grande maioria fruto de relações extraconjugais, era fruto de um processo burocrático que tinha uma velocidade diferente da dos planos dos noivos, para reforçar este nosso raciocínio detectámos vários casais que regularizam a sua situação conjugal após se tornarem progenitores.

Ao analisarmos os assentos de baptismo de todos os ilegítimos deparámo-nos com um caso curioso, o do padre António Manhos e de Catarina Cardoso. Caso típico de concubinato de um eclesiástico, mas com alguns contornos atípicos, nomeadamente a denúncia, condenação e a duração. Denunciada a relação de concubinato ao Visitador Pantaleão Pereira de Sampaio em 1721, esta consegue sobreviver mais de uma década apesar de várias condenações. O controlo social imposto pela Igreja, demonstrado nas

denúncias, não era suficiente para anular este tipo de situações, ocorrendo com frequência casos de concubinato envolvendo eclesiásticos.

Outra das curiosidades encontradas aquando na análise dos assentos de baptismo foi o apadrinhamento por crianças de tenra idade, encontramos padrinhos e madrinhas com 1, 2, 3 e 4 anos, situação que diverge do indicado pelo Direito Canónico e do papel que a sociedade reservava para os padrinhos. Analisámos os vários apadrinhamentos com estas características, mas não encontrámos nenhum padrão comum a todos eles, não conseguindo explicar por ocorriam.

Os referidos casos, o de concubinato e o apadrinhamento por crianças, são o exemplo de informação que se consegue obter com o cruzamento de fontes, se no caso das crianças foi feito o cruzamento de assentos de vários baptismos com a nossa base de dados, o concubinato foi um pouco mais complexo e implicou o cruzamento de assentos de baptismo, devassas e de fichas biográficas.

O terceiro ponto da nossa investigação foi centrado nos casamentos da paróquia de Soure e em múltiplos aspectos com eles relacionados. Verificámos inicialmente que não existia uma linearidade no número de casamentos anuais, a média de 15 é fruto de grandes oscilações, por exemplo, em 1716 só se realizaram 5 e em 1698 foram celebrados 36. Mas a constatação mais evidente foi que a um ano com grande número de casamentos se segue invariavelmente um ano com um número reduzido de enlaces, o que vai ao encontro do padrão de casamento dos europeus no que concerne à pressão exercida pela população ao meio. Os recursos existentes no meio não sustentariam durante muito tempo um elevado número de casamentos, sem entrarem em ruptura. A relação que a população estabelece com o meio que a rodeia é fundamental para compreender toda a estratégia social coeva. O acesso ao casamento dá-se quando estão reunidas as condições de sustentabilidade da nova unidade familiar, como o sustento advém da posse de alguma parcela de terreno, só estarão reunidas as condições quando o casal tiver acesso a alguma porção de terra, na maioria das vezes isto só acontece por morte dos progenitores. Se no plano teórico tudo se coaduna de forma pacífica, partimos agora para os dados obtidos para confirmar ou rebater tais teorias.

Em primeiro lugar correlacionámos os casamentos com os óbitos, verificando de imediato que anos com poucos óbitos eram anos de poucos casamentos, nomeadamente a partir do início do século XVIII os gráficos dos óbitos e dos casamentos apresentam curvas de evolução idênticas. Este facto só por si é ilustrativo da relação entre a transmissão de propriedade e o casamento, mas quisemos ir mais longe e despistar

outros tipos de fenómenos que pudessem influir nos resultados, sendo assim, analisámos a percentagem de casamentos em os nubentes eram órfãos.

Na paróquia de Soure em 65,1% dos casamentos pelo menos um dos nubentes era órfão, com as localidades de Mogadouro com 75,5% e Alencarce de Cima com 74,4%, a destacarem-se. Foi feita uma leitura dos dados das dez mais importantes localidades da paróquia, aquelas que mais casamentos celebraram, verificando-se que maioritariamente só se tinha acesso ao casamento após a morte de um dos progenitores, para reforçar este nosso raciocínio temos o facto de os casamentos sem órfãos irem rareando com o avançar do século XVIII. A vila de Soure é a que maior percentagem apresenta de casamentos com todos os progenitores vivos, 32%, mas aqui a leitura é um pouco diferente, residência dos que melhores condições de vida usufruem, casam mais cedo e vivem mais, dispõem também de recursos que permitem aceder ao casamento sem a necessária transmissão de propriedade por morte dos progenitores. Concluimos neste ponto que a maior parte dos novos casais teve que esperar pela morte de um dos progenitores para com a sua parca herança aceder ao casamento, um indicador que podemos reter é o de que quanto maior for a percentagem de órfãos a casar maior é a pressão que a comunidade a que pertencem exerce no meio.

Tentámos saber a taxa de casamentos endógenos e exógenos e se ela continha alguma curiosidade, mas os resultados são idênticos a outros obtidos em outras investigações, a paróquia de Soure celebra 28% endogénicos, sendo logicamente as terras pequenas onde se encontram menos casamentos entre conterrâneos, como Pinheiro com 9%, e as terras com mais população onde se encontram maior percentagem desse tipo de casamento, como Alencarce de Cima com 39%.

Ao obter a informação anterior uma outra dúvida começou a ganhar corpo, onde se fixa o casal depois do casamento?

A resposta simples e directa de que a sociedade sourense é marcadamente patrilocal retira visibilidade a todo um trabalho de investigação que se processa a montante. Para uma resposta cabal tivemos que reconstruir histórias de vida de 716 casais, obtendo 1432 fichas biográficas, desses casais conseguimos seguir o percurso social de 440, não averbando os casamentos entre conterrâneos, e dessa forma saber que 244 (55,5%) fixaram residência na terra do pai do noivo dando assim o tal cunho patrilocal. Para esta percentagem contribuem fortemente as localidades de Simões com 82% e Soure com 80%, enquanto de sinal contrário Sobral é uma localidade matrilocal com a fixação de dois terços das suas a noivas. Pudemos concluir também que existe

uma diferença substancial de fixação de residência consoante o género, a mulher em metade dos casamentos abandona a sua terra natal, enquanto no homem essa realidade só se observa num terço dos casamentos.

Outro dado obtido é que pudemos obter outro indicador sobre a pressão que determinada comunidade exerce sobre o meio e de como o meio controla a nupcialidade, verificámos que as localidades que menos casais novos absorvem são as que simultaneamente efectuam casamentos com uma maior percentagem de órfãos, como por exemplo, Alencarce de Cima em que encontramos 74,4% de casamentos com órfãos, sendo também a localidade que menos absorve novos casais, 35%.

Direccionamos uma das abordagens desta investigação para a tentativa de saber a idade dos noivos, no intuito de observar se os resultados seriam coincidentes com o Padrão de Casamento Europeu. O processo de obtenção da idade dos nubentes é moroso, não se encontra no assento de casamento tem que se encontrar o assento de baptismo e fazer as contas, não é aritmeticamente difícil a dificuldade está na elevada homonimidade, por exemplo, casa José Francisco para sabermos a idade dele temos que encontrar um baptismo de um José, pois normalmente o assento de baptismo só tem um nome, ao pesquisarmos José na base de dados encontramos mais de seis centenas. Outro problema é que num estudo desta natureza, balizado temporalmente, só se começa a obter resultados para indivíduos que tenham nascido pelo menos dezassete ou dezoito anos após o início do período em análise. No nosso caso concreto, só começamos a vislumbrar resultados no início do século XVIII, conseguindo saber a idade de 471 nubentes o que representa cerca de 33% da totalidade.

O início de setecentos, o primeiro decénio, apresenta-se extremamente atípico, com a média de idade extremamente baixa, 21,9 para os homens e 22,7 para as mulheres, contrariando o Padrão Europeu de Casamento que tem como paradigma o casamento tardio apontando para os 24/26 anos, outro pormenor que contraria a totalidade dos estudos efectuados é o da idade da mulher ser superior à idade do homem. No segundo e terceiro decénios a paróquia de Soure atinge as médias padronizadas de 25/26 anos para ambos os sexos, mas para esta média muito contribuem os casamentos a que chamámos muito tardios, com vários noivos a casarem pela primeira vez com idades a rondar os quarenta anos, numa época em que era essa a esperança de vida era como se hoje se celebrassem muitos casamentos de sexagenários.

Encontrámos nesta análise outro indicador que demonstra a pressão que a comunidade exerce sobre o meio e como este controla a nupcialidade, no último

decénio Sobral atinge as médias de idade dos noivos mais altas, cerca de 29 anos, com 85% dos casamentos a terem pelo menos um órfão e uma localidade das que mais absorve os seus conterrâneos não o consegue fazer nesta década assistindo à partida de 60% deles.

Analisámos também o acesso a um segundo casamento verificando que deveria haver algum embaraço social na sua concretização, pois só encontramos oitenta viúvos a celebrarem um segundo casamento, 0,5 % dos nubentes, o que se pode considerar estranho numa época em que se enviuvava cedo, mais estranho o facto de o primeiro casamento em que um dos noivos é viúvo só ser registado em 1701, tendo que esperar mais uma década para encontrar este tipo de casamentos um pouco por toda a paróquia, com excepção de Casal Novo onde nos cinquenta anos analisados não há registo de nenhum.

Se o estatuto de viúvo obstaculiza o acesso ao casamento, a diferença de idades entre os conjugues não oferece nenhum tipo de resistência, para toda a paróquia de Soure a média de idade no casamento é de 25,7 a masculina e 24,8 a feminina, mas esta aproximação entre as duas médias é extremamente ilusória, muitos casais têm diferenças significativas de idade entre si e na paróquia essa diferença cifra-se numa média de 5,3 anos independentemente do género. Esta diferença de idade está muitas vezes relacionada com o conceito de existir uma elite masculina que casa com mulheres muito mais novas, claro que em Soure também encontramos casos destes, mas o que é uma realidade ainda mais frequente é exactamente a contrária, homens que casam com mulheres muito mais velhas. O que detectámos foi que quando os homens casam com mulheres mais novas, nunca nesses enlaces a diferença de idades é superior a dez anos, mas quando o homem casa com mulheres mais velhas essa diferença é frequentemente ultrapassada.

Outra curiosidade que se pretendia esclarecida era a sazonalidade dos casamentos, quais os meses e os dias que os sourenses elegeram como preferidos para o matrimónio. O gráfico da distribuição dos casamentos pelos meses do ano evidenciou dois meses, Novembro e Fevereiro, nos quais mais casamentos se efectuaram, com uma análise mais atenta verificámos que havia o ritmo do número de casamentos era marcado por dois ritmos, um agrícola e outro religioso. O número de casamentos aumenta no Outono e no Inverno quando a intensidade do trabalho rural é menos exigente, diminuindo o número de matrimónios na época crítica das colheitas na Primavera e no Verão. Aliada a esta sazonalidade agrícola observa-se uma outra de cariz religioso, é notório o baixo

número de casamentos nos meses de períodos onde existe grande intensidade religiosa, a Páscoa e o Advento, reflectindo-se numa nítida antecipação de casamentos para os meses imediatamente anteriores. Os meses com mais casamentos foram Novembro com 115 e Fevereiro com 98, com menos foram Março com 32 e Abril com 46, de salientar que em mais de metade das localidades analisadas não se efectuaram casamentos em Julho nos cinquenta anos pesquisados.

Semanalmente verifica-se uma realidade interessante, o dia de eleição para o casamento é a segunda-feira, a existência nesse dia da feira semanal é fundamental para a escolha. Conjugiar a vinda à feira com o casamento é uma conclusão alicerçada na constatação de quanto mais nos afastamos da vila de Soure maior é a percentagem de casamentos à segunda-feira. Se os residentes na sede do concelho casam 32% nesse dia, os de Sobral a cerca de quatro quilómetros já são 43%, os de uma das terras mais distantes da vila, Bonitos a cerca de uma dezena de quilómetros são 77%.

Uma peculiaridade encontrada foi o casamento simultâneo de irmãos, não é uma cerimónia comum, detectámo-la em dezasseis ocasiões, mas é um fenómeno que traduz negociações e opções como poucos, a maioria dos enlaces acontece também com outro par de irmãos.

A última abordagem que efectuámos foi no intuito de sabermos a origem dos noivos, até onde se estendia o horizonte amoroso desta comunidade sourense. A constatação a que logo se chega é a grande dispersão da origem dos noivos que casam em determinada localidade, quanto menor for essa localidade maior é a dispersão, com a diminuição do tamanho da localidade diminui também a possibilidade de se encontrarem noivos, mesmo de ambos os sexos, com a mesma origem ou a casarem no mesmo destino. Um povoamento disperso como é o da paróquia de Soure permite essa mesma dispersão, evitando em grande parte problemas de consanguinidade, pois localidades com pouca população têm uma grande percentagem de laços de parentesco entre si, se recebessem um grande fluxo de nubentes de localidades similares, rapidamente se começariam a colocar problemas de consanguinidade no seio dessas pequenas comunidades. Outra característica que se consegue retirar nesta abordagem é o carácter fortemente endogénico da sociedade sourense, conclusão que se retira da pequena percentagem, 28%, de nubentes oriundos do exterior dos limites da paróquia de Soure e se retirássemos a vila essa percentagem é ainda mais esclarecedora, 14%, as zonas mais afastadas de Soure são menos permeáveis a forasteiros, mesmo estando mais próximos deles.

Ao analisarmos os casamentos ocorridos na paróquia de Soure, de 1685 a 1735, verificámos os já referidos aspectos de dispersão da origem dos noivos e o carácter vincadamente endogénico da comunidade sourense, falta-nos referir a pouca mobilidade dos nubentes. A pouca mobilidade dos noivos, ou a pouca distância que os separa, é consequência da pouca mobilidade geral da população coeva que não tendo largos horizontes geográficos, também não poderia ter grandes horizontes amorosos, o seu pequeno mundo não ia muito além da sede do concelho, onde se baptizava e casava, mas principalmente onde se feirava. É bem visível que a maioria dos casamentos se celebra com moradores nas aldeias vizinhas ou com moradores no espaço que vai até à sede da paróquia, raramente esse limite é ultrapassado. Foi com muito interesse que verificámos, o quão raros são os casamentos de naturais do norte da paróquia com naturais do sul, sendo o mesmo verdade para os do oeste em relação aos do este e vice-versa.

Os objectivos finais desta investigação que estavam direccionados para a identificação dos Irmãos que pertenceram à Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Soure entre 1700 e 1735, o seu estatuto social, o da sua família e como se relacionavam entre si. As dificuldades encontradas são inerentes à época em análise: elevada homonimidade, o mesmo indivíduo não ostentar o mesmo nome em todos os actos sociais e apelidos familiares nem sempre serem transmitidos de pai para filho. Podemos afirmar, claro que com algum exagero, a raridade que é encontrar um acto em que não esteja presente um Manuel Rodrigues, se pesquisarmos na base de dados o referido nome aparece 4.099 vezes! O recurso à alcunha é frequentemente utilizado, mas na maioria das ocasiões só quando no mesmo acto existem dois ou mais indivíduos com o mesmo nome.

O objectivo principal delineado para esta fase da investigação foi o de identificar a elite sourense e de como ela se relacionou entre ela e com a Misericórdia de Soure.

O que se constatou rapidamente foi a da existência de duas elites, uma ausente e outra residente, a primeira deslocou-se gradualmente para os grandes centros decisórios onde outros valores e cargos se encontram em disputa. A sua ausência, nem que seja periódica, implica a sua não disputa da gestão da Misericórdia cuja função assistencial necessita de uma presença contínua.

Dom António de Meneses que tinha sido eleito em 1699 e substituído em 1700 quando toda a mesa foi reconduzida, é o último provedor a ter esse nobre tratamento. A

sua substituição é motivada pelos longos períodos que passava em Lisboa, os seus filhos continuaram a apadrinhar em Soure, mas quase sempre por procuração.

A família Mello e Ataíde, proprietários da Quinta da Capa Rota, uma referência como foi mencionado pelo padre António Costa, nunca mostrou interesse na gestão da Misericórdia no período em análise. Este alheamento pode-se explicar pelo que está em disputa, só se entra numa rede social se esta fornecer mais-valias, estar na Misericórdia não era atraente para esta família que tinha muitos dos seus membros a residir em Lisboa e em Coimbra.

Nem todas as famílias da elite residente se entregaram à gestão da Misericórdia com o mesmo empenho, nem podiam, pois esta elite não é homogénea, é estratificada, com as famílias mais poderosas, Soares Coelho, Costa de Vasconcelos, Sequeira Coelho e Manhos de Abreu a elegerem ciclicamente o provedor. Assim sendo, não é de admirar que o prestígio do cargo de provedor se dilua no da própria família, só chegam a provedores indivíduos prestigiados ou de prestigiadas famílias, muitos deles já com um percurso social de muita actividade, apenas Manuel Soares Coelho apadrinha e testemunha mais vezes depois de ter sido eleito a primeira vez provedor, todos os outros têm um percurso social diferente, como Sebastião Machado da Costa que das 28 vezes que apadrinhou, 24 foram anteriores à sua eleição para provedor em 1712.

Verificaram-se exaustivamente os apadrinhamentos de todos os componentes das diversas Mesas da Misericórdia assim como quem foram os padrinhos dos seus filhos, são indivíduos extremamente assediados para serem padrinhos (11 provedores / 224 afilhados). Esta análise permitiu realçar o papel do padrinho que nos filhos dos provedores, era quase 60% oriundos do exterior da comunidade sourense. Comunidade esta a que pertenciam quase 90% das madrinhas.

Deram-se nomes a estes números, verificámos quem eram os forasteiros que vinham a Soure apadrinhar, quase sempre por procuração. O mesmo exercício foi efectuado para todos os restantes mesários, não havendo surpresas nos resultados alcançados, ou seja, quanto menor for a condição, menor é a sua capacidade de captar padrinhos do exterior da comunidade sourense.

O prestígio inerente ao desempenho dos vários cargos da Mesa da Misericórdia, poderia ser usado pelos seus detentores, para aumentar o seu prestígio pessoal, mas o que este estudo veio a encontrar foi um comportamento de contenção. Este comportamento é transversal a todos os estratos de Irmãos que no período que exercem

as suas actividades na Mesa da Misericórdia se abstêm de participar em actos que poderiam ser conotados como favorecimento, só se sabe que não é uma regra de estrita observância porque alguns fogem ao padrão de contenção. No período em análise vários são aqueles que podem servir de exemplo a este comportamento, são indivíduos que têm uma significativa actividade social e ao serem eleitos para a Mesa da Misericórdia, cessam essa actividade ou reduzem-na ao mínimo, recomeçando-a logo que deixam de exercer os respectivos cargos. Sem actividade durante o cargo: os provedores Manuel Pessoa Leitão e Luís Soares Coelho, 5 de 8 mordomos, o Irmão de 1ª condição António Manhos de Abreu e 6 Irmãos de 2ª condição. Aparecem em um só acto: os provedores João da Costa de Vasconcelos e Luís Manhos de Abreu, o escrivão Manuel de Távora, o Irmão de 1ª condição Luís Barbosa Canais e dois Irmãos de menor condição.

Não se vislumbrou a existência de uma vasta rede social que permitisse a eleição dos seus membros, não que ela não possa existir só que a nossa pesquisa, limitada no tempo, não a conseguiu demonstrar.

O que se verifica, como foi exemplificado, são relações entre dois ou três indivíduos que através dos apadrinhamentos criam laços suficientemente fortes para condicionarem o processo eleitoral. O mais importante e decisivo factor é, conseguir ser eleito para o colégio eleitoral, aí, se o seu nome estiver em discussão haverá muito constrangimento em reprová-lo na sua presença, muitos dos eleitos o foram enquanto eleitores.

Esta investigação vem reforçar o conceito da aplicabilidade da informática no estudo e tratamento de fontes históricas, abrindo novos horizontes no âmbito da micro-história que poderão e deverão ser expandidos com o cruzamento diversificado de fontes como o que foi ensaiado nesta dissertação e que porventura terá continuidade.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.)

Devassas de Penela, 1721, (III/D, 1,4,4,57).

Devassas de Penela, 1729, (III/D, 1,5,1,7).

Registos Paroquiais de Soure, Baptismos, Livro 2, 1681 - 1720.

Registos Paroquiais de Soure, Baptismos, Livro 3, 1720 – 1746.

Registos Paroquiais de Soure, Casamentos, Livro 1, 1614 – 1756.

Registos Paroquiais de Soure, Óbitos, Livro1, 1616 – 1749.

FONTES IMPRESSAS:

CODE OF CANON LAW - **Book IV function of the church (Cann. 834 - 848)**. [em linha]. Vaticano : Libreria Editrice Vaticana. 1983. [acedido em 2010-08-19]. Disponível na World Wide Web em <http://www.vatican.va/archive/ENG1104>.

COSTA, António Carvalho da - **Corografia Portugueza e Descriçãam Topografica do Famoso Reyno de Portugal (...)**. [em linha]. Lisboa : na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712. [acedido em 2010-06-30]. Disponível na World Wide Web em <http://purl.pt/434>.

CONSTITUIÇÕES SYNODAES DO BISPADO DE COIMBRA – **Prólogo**. [em linha]. Coimbra : por João da Barreyra e João Alvarez impressores da Universidade, 1548. [acedido em 2010-09-22]. Disponível na World Wide Web em <http://purl.pt/4066/2/>.

LIMA, Luís Caetano de – **Geografia Histórica de Todos os Estados Soberanos da Europa**, Tomo Segundo. [em linha]. Lisboa : na officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1736. [acedido em 2010-07-08]. Disponível na World Wide Web em <http://purl.pt/403/1/>.

SANTA CASA DA MISERICORDIA. Lisboa - **Compromisso da Misericórdia de Lisboa**. [em linha]. Lisboa : por Pedro Craesbeeck, 1619. [acedido em 2010-07-02]. Disponível na World Wide Web em <http://purl.pt/13349/4/>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMORIM, Maria Norberta – Nupcialidade e Fecundidade Diferenciais. Evolução de comportamentos nos últimos três séculos. O caso do Sul do Pico (Açores). in **Boletim de la Asociación de Demografía Histórica**, [em linha]. XI, 2, 1993, pp. 55-73. [acedido em 2010-09-14]. Disponível na World Wide Web em http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/26273927.html

_____ – Comportamentos Demográficos de Antigo Regime na Península Ibérica. In **Ler História**. [em linha]. 47, 2004, pp. 147-170. [acedido em 2010-09-11]. Disponível na World Wide Web em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/844/1/ler_historia_47-2004.pdf

BIDEAU, Alain - Autoregulating Mechanisms in Traditional Populations. In **Population and Biology**. Liege : Ordina Editions. pp. 117-131.

CARVALHO, Joaquim Ramos de – **Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime : Soure, 1680-1720 : reconstituições, interpretações e metodologias**. Coimbra : Faculdade de Letras, 1997.

_____ – A História da Santa Casa da Misericórdia de Soure. Coimbra : Santa Casa da Misericórdia de Soure, 2006.

_____ - TimeLink: um sistema de apoio a investigações em micro-história [em linha]. Coimbra : por Joaquim Ramos de Carvalho, 2008, [acedido em 2010-04-26]. Disponível na World Wide Web em <http://timelink.fl.uc.pt>.

DUPÂQUIER, Jacques – La Population rurale du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1979.

HAJNAL, John - European marriage patterns in perspective, in D. V. Glass and D. E. C. Eversley, *Population in history. Essays in historical demography*. London, 1965, 101-143.

HESPANHA, António Manuel – A família. In Mattoso, José [et al.] – **História de Portugal**. Lisboa: Circulo de Leitores, 1993. Vol. 4°.

LEBRUN, François - **A Vida Conjugal no Antigo Regime**. Lisboa: Edições Rolim, 1983.

LOPES, Maria Antónia – **Protecção Social em Portugal na Idade Moderna : guia de estudo e investigação**. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

MOREIRA, Maria João Guardado – O século XVIII. In RODRIGUES, Teresa Ferreira [e tal.] – **História da População Portuguesa**. Porto : CEPESSE, 2008.

NEVES, António Amaro das – Um enigma demográfico: A ilegitimidade no Minho no Antigo Regime, in **Boletín de la Asociación de Demografía Histórica**, [em linha]. XVI, I, 1998, pp. 137-174. [acedido em 2010-08-16]. Disponível na World Wide Web em <http://adeh.org/es/node/6620>.

RODRIGUES, Teresa Ferreira – As estruturas populacionais. In Mattoso, José [et al.] – **História de Portugal**. Lisboa: Circulo de Leitores, 1993. Vol. 3°.

_____ – As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII. In RODRIGUES, Teresa Ferreira [e tal.] – **História da População Portuguesa**. Porto : CEPESSE, 2008.

ROWLAND, Robert. Sistemas Familiares e Padrões Demográficos em Portugal. **Ler História** 3, 1984, pp.13-32.

SERRÃO, José Vicente – O quadro humano. In Mattoso, José [et al.] – **História de Portugal**. Lisboa: Circulo de Leitores, 1993. Vol. 4°

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Assento de Baptismo	4
Ilustração 2 - Ficha biográfica de Manuel Rodrigues	7
Ilustração 3- Concelho de Soure	11
Ilustração 4 - Freguesia de Soure.....	12
Ilustração 5 - Planícies de aluvião em Soure	13

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Crianças Padrinhos/Madrinhas _____	29
Tabela 2 - Casamentos de órfãos _____	34
Tabela 3 - Idade média dos noivos _____	41
Tabela 4 – Diferenças de idades entre noivos _____	44
Tabela 5 - Provedores entre 1700-1735 _____	57
Tabela 6 - Provedores: Padrinhos e Testemunhas _____	59
Tabela 7 - Padrinhos dos filhos dos Provedores _____	61
Tabela 8 - Origem dos Padrinhos dos filhos dos Irmãos de 1ª condição _____	63
Tabela 9 - Mesários de 2ª Condição _____	67
Tabela 10 - Origem dos padrinhos _____	67

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dinâmica Populacional de Soure	16
Gráfico 2 - Mortalidade	18
Gráfico 3 - Sazonalidade dos óbitos	19
Gráfico 4 - Sazonalidade dos batismos.....	20
Gráfico 5 - Ilegítimos.....	22
Gráfico 6 - Casamentos 1686/1735	32
Gráfico 7 - Casamentos/Óbitos.....	32
Gráfico 8 - Noivos	36
Gráfico 9 - Total de Noivos	36
Gráfico 10 - Sazonalidade dos casamentos.....	45
Gráfico 11 - Casamentos semanais da vila	46